

Coleção **NOSSA HISTÓRIA**

RIBEIRÃO PRETO RIBEIRÃO PRETO

O engenheiro Antônio Soares Romêo e a modernização urbana de Ribeirão Preto nos tempos do café

Elaine Cristina Caun



Fazendo jus ao que consta em seu hino, Ribeirão Preto sangra amor e tradição. A terra do café, orgulho de São Paulo e do Brasil possui fatos curiosos e pitorescos, que encantam e que muitas vezes ficam renegados as poucas conversas caseiras ou arquivados em monografias e teses nas inacessíveis estantes das universidades.

A inédita união da Câmara Municipal, Instituto do Livro e Secretaria da Cultura possibilita uma nova viagem ao passado. Juntos, vamos percorrer as vastas plantações e descobrir aspectos importantes da prosperidade cafeeira. As grandes mulheres daquela época também mereceram destaque. O legado afro-brasileiro, tantas vezes esquecido, omitido ou contestado ganha seu merecido espaço. Nosso passeio pela história local é ambientado pela agradável trilha sonora e acordes magistrais da gloriosa orquestra sinfônica.

A coleção Nossa História traz um convite para o apoderamento de nossa rica história. Trata-se de uma grande contribuição para a geração atual e para as vindouras. Nesta amada terra onde temos tudo, procuramos dar um pouco mais. Que esse legado cultural seja multiplicado, partilhado e desfrutado por todos.

André Luiz da Silva
Vereador

As áreas da Cultura e do Meio Ambiente são as menos privilegiadas em termos de verbas orçamentárias. Parecem constar dos organogramas apenas como penduricalhos a enfeitar as diferentes administrações.

Em outro estágio de desenvolvimento, só pode ser no futuro, talvez venham a merecer atenções maiores das que lhes são dadas.

Embora não resolvam, nem sequer aliviam, resolvemos destinar Emendas Parlamentares, para a edição de livros sobre a nossa cidade, além de ajudarmos a manter algumas iniciativas culturais importantes.

Que a prática se dissemine e alcance outros parlamentares e agentes públicos.

Os problemas ambientais, normalmente se originam de práticas culturais equivocadas. Dar à cultura a importância devida provocará, por certo, uma sociedade mais consciente e, por consequência, mais humanizada. É a nossa fé. E a nossa esperança.

Gilberto Abreu
Vereador



Apoio

Realização



Secretaria da
CULTURA



Prefeita Municipal
Dárcy Vera

Secretária da Cultura
Adriana Silva

Presidente da Fundação Instituto do Livro
Edwaldo Arantes

Diretora de Patrimônio Cultural
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Conselho Editorial
Adriana Silva
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
Michelle Cartolano de Castro Silva
Tânia Cristina Registro

I195b - O engenheiro Antônio Soares Romêo e a modernização urbana de Ribeirão Preto nos tempos do café. (pesquisa e texto) Elaine Cristina Caun – Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.
100 pg.; (Coleção Nossa História, n.9)

1. Ribeirão Preto – 2. urbanismo - 3. História

CDD: 981.612 rpb

A Coleção Nossa História é uma publicação da Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto, por meio do Instituto do Livro, com o apoio dos vereadores Gilberto Abreu e André Luiz da Silva.

As obras foram selecionadas por uma Curadoria.

Capa - Foto noturna da Praça XV de Novembro vista a partir da Rua General Osório. Data: 1920. Fotógrafo: não identificado (APHRP, F287).

Sobre a autora

Elaine Caun, nascida em Ribeirão Preto, possui graduação - licenciatura e bacharelado - em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e é Mestra em História - linha de pesquisa; Cultura Política, também pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho . Atualmente é historiadora e pesquisadora desenvolve um trabalho voluntário para a formação do centro de pesquisa histórica e documental do Quarteirão Paulista, no atual Centro Cultural Palace, é membro honorária e historiadora da Academia Ribeirãopretana de Letras e pesquisadora da área de Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto. Tem experiência em pesquisas e análise de fontes documentais, com ênfase em culturas patrimoniais, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio histórico, ribeirão preto, café, arquitetura e urbanismo.

Sumário

Introdução

- 1 - Breve biografia de Antônio Soares Romêo e sua chegada à cidade de Ribeirão Preto
- 2- Ribeirão Preto, a elite cafeicultora, ambições de modernidade e o trabalho de um engenheiro
- 3 - Crenças e desejos da sociedade ribeirãopretana
- 4 - Intervenções no plano urbano e arquitetônico
- 5 - Considerações sobre a “visão do habitar” da elite ribeirãopretana
- 6 - O Engenheiro Civil: obras particulares
- 7 - Obras públicas
- 8 - Referências bibliográficas

Introdução

O prédio que fora outrora cadeia publica, baixo, sem apparencia, sem hygiene, sem accomodações para as differente repartições municipaes, sem ter sequer uma sala em que, fora das vistas do publico, pudessem os vereadores conferenciar, era o que servia de sede á Camara, quando tomamos posse dos nossos cargos. Alem de muito inferior ao adeamento do município, envergonhando-nos sempre que tínhamos de receber visitas de diplomateas estrangeiros, o velho prédio não tinha, ao menos, um logar para o archivo da municipalidade (...). Era, pois, urgente construir-se o Paço Municipal, que se ostenta á Praça Barão do Rio Branco, elegante nas suas linhas, excellente em suas diposições internas, amplo, bem acabado, obra, enfim, que servirá condignamente de sede ao Governo do Município durante muitas gerações (...).

O exposto acima é trecho do Relatório do prefeito municipal de Ribeirão Preto, doutor Joaquim Macedo Bittencourt. O mesmo foi escrito em 15 de janeiro de 1920, como parte da prestação de contas do período em que o prefeito esteve à frente da administração da cidade nos anos de 1909 a 1920.

O trecho do Relatório de Macedo Bittencourt é representativo do período. Fala do embelezamento da cidade, da ênfase no desenvolvimento urbano, do modelo higienista, da preocupação com as concepções estrangeiras e da epopéia arquitetônica voltada para a construção da urbe afeita à urbanização que se pretendia moderna nos primeiros anos da República no Brasil.

Não são poucos os exemplos de cidades brasileiras que aderiram às ideias de modernidade ecoadas da Europa, a exemplo das reformas no Rio de Janeiro de Pereira Passos. A difusão das

concepções modernas europeias esteve presente nas cidades do café, porém, de maneira fluída e ambígua. Ribeirão Preto, bem como outros municípios (a exemplo de Batatais, Araraquara e Franca), sofreu importantes modificações no cenário urbano, custeadas pela lucratividade do café, mas sob efeito das peculiaridades locais, dada as adversidades e diversidades do meio interiorano.

Com efeito, Ribeirão Preto vivenciou, nas primeiras décadas do século XX, um período de intenso crescimento urbano.

Inserido nesse contexto, a presente pesquisa objetiva refletir sobre as transformações urbanas que marcaram a cidade de Ribeirão Preto na passagem do século XIX para o XX, partindo da ideia de que o progresso almejado nesse período deve ser compreendido num contexto histórico mais amplo, iniciado na Europa no final do século XVIII (baseado nos princípios da burguesia industrial e iluminista) e que se estendeu durante os séculos XIX e XX para outros continentes do Mundo.

Em especial, analisamos Ribeirão Preto e suas novas experiências urbanas através da biografia de Antônio Soares Romêo, engenheiro municipal que atuou na cidade durante a administração de Joaquim Macedo Bittencourt e de João Rodrigues Guião. Ao mesmo tempo, abordamos o momento histórico (1913-1923), como parte integrante de um processo urbano em constante modificação desde 1874, quando se ergueu a primeira Câmara Municipal. Tomamos a biografia de Antônio Soares Romêo, historicizada na pretensão de modernidade de Ribeirão Preto, como foco central para a compreensão do desenvolvimento urbano de uma das cidades mais importantes do complexo cafeeiro paulista.

Antônio Soares Romêo nasceu em Lorena (município do Vale do Paraíba) no ano de 1886, estudou na Politécnica de São Paulo, formou-se em Engenharia Civil em 1912, trabalhou em Ribeirão Preto como engenheiro civil e municipal até que voltou para a capital, em 1934, como professor lente da mesma Instituição em que havia se formado.

O trabalho de Antônio Soares Romêo, bem como a construção da moderna Ribeirão Preto, foi marcado pela diversidade tributária de muitas ideias e concepções sobre a urbe. Da sua formação, Antônio Soares Romêo herdou as concepções de urbe advindas de sua cidade natal, da posição social de sua família. Na Politécnica teve contato com o positivismo, marcado por ideias progressistas e cientificistas da organização urbana, bem como foi aluno de Ramos de Azevedo (engenheiro arquiteto formado na Bélgica), o que lhe rendeu concepções mais voltadas para a arquitetura, a exemplo do embelezamento e da estética na apresentação das construções. As múltiplas influências sofridas por Antônio Soares Romêo na sua infância e formação são o tema do primeiro Capítulo desse trabalho.

Para informações sobre os primeiros anos de vida e a formação de Antônio Soares Romêo recorreremos ao Arquivo da Politécnica de São Paulo, localizado na Universidade de São Paulo (USP). Convém salientar que, para além deste arquivo, as informações são esparsas, encontradas, aqui e ali, em pequenas notas de documentos oficiais.

Depois de formado, Antônio Soares Romêo foi contratado para o cargo máximo da Diretoria de Obras da cidade de Ribeirão Preto. Naquele momento, a administração da cidade estava entregue aos fazendeiros de café da região, grupo de diversas origens que comportava famílias tradicionais do local (entrantes mineiros), imigrantes europeus e antigos cafeicultores do Vale do Paraíba (local que então vivia o declínio do café). Exatamente por ser uma cidade contemporânea à cultura cafeeira, Ribeirão Preto nasceu cosmopolita, permissiva à penetração de indivíduos de outros estados brasileiros, bem como de outros países. Nessa realidade, não foi incomum que migrantes e imigrantes se projetassem e, na medida em que enriqueciam, se tornassem auspiciosos políticos locais. Quanto mais cresciam economicamente e se fortaleciam politicamente, mais se afinavam com os ideais de modernidade e, por isso mesmo, acabaram por contratar o biografado para planejar as construções que financiavam.

Em Ribeirão Preto, Antônio Soares Romêo tornou-se rapidamente membro da elite e adquiriu status como engenheiro municipal. As melhorias implementadas durante sua gestão na Diretoria de Obras (1913-1923), a defesa da estética da cidade, e suas participações em meio à administração pública, resultaram numa intensa relação entre sua trajetória e a urbanização da cidade. Os cafeicultores defenderam a contratação de um profissional “instruído” para materializar a modernidade que eles conheciam do contato com cidades européias, a exemplo de Paris. Convém notar que a Paris que enchia os olhos da elite ribeirãopretana não necessariamente representava a modernidade apreendida por Antônio Soares Romêo na sua infância e formação. Assim, as expectativas daqueles que o contrataram foi mais um elemento de influência para o seu trabalho. Abordamos a história de Ribeirão Preto, no intuito de abarcar as várias percepções que a cidade tinha da modernidade e, portanto, as expectativas locais acerca do desempenho do nosso biografado.

Mas não bastava projetar; era preciso transformar as plantas em realidade. Para tanto é importante considerar a mão de obra disponível na cidade. O terceiro Capítulo analisa a materialidade das obras, marcada pelas múltiplas influências do profissional Antônio Soares Romêo, pelas pretensões daqueles que financiavam as construções e pelas competências dos trabalhadores que atuavam diretamente nas mesmas. No intuito de analisar a obra de Antônio Soares Romêo e sua importância para o progresso de Ribeirão Preto recorreremos às plantas da Diretoria de Obras do município assinadas pelo mesmo, obviamente contextualizadas na história da cidade. Aqui é importante salientar que existem várias plantas arquivadas da Diretoria de Obras assinadas por diferentes pessoas que submetiam seus trabalhos para aprovação da futura construção, com vistorias técnicas. Nos dedicamos às obras cujas vistorias técnicas foram realizadas por Antônio Soares Romêo e as plantas de sua autoria. Portanto, apresentamos e discutimos os projetos que ele assinou, procurando evidenciar como o ecletismo que marcou seu trabalho foi, na

verdade, resultado das muitas influências que sofreu durante a formação e da complexa relação entre os múltiplos atores que conviviam nas cidades.

Acreditamos firmemente que por meio da biografia de Antônio Soares Romêo é possível analisar aspectos essenciais e fundantes do desenvolvimento de Ribeirão Preto que se materializam até os dias de hoje.

Este estudo está, portanto, inserido naquilo que denominamos de nova história política, especificamente no que tange às novas recomendações sobre o fazer biografia.

É possível encontrar diferentes formas utilizadas para a confecção de uma biografia. Este trabalho é tributário daquilo que conhecemos como biografia renovada. Os significados e as implicações desta escolha foram apresentados no primeiro Capítulo. Para o momento, basta a afirmação de que não buscamos descrever a vida de Antônio Soares Romêo em nome da própria descrição, e sim nos utilizarmos dos vestígios da sua experiência pessoal para a compreensão de uma história mais ampla, ou seja, a da urbanização do município de Ribeirão Preto.

No conjunto, a modernização de Ribeirão Preto e a vida de Antônio Soares Romêo se mostraram objetos de análise extremamente instigantes e inter-relacionados.

1 - Breve biografia de Antônio Soares Romêo e sua chegada à cidade de Ribeirão Preto

Em 1911, o então prefeito de Ribeirão Preto Joaquim Macedo Bittencourt fez propostas à Câmara Municipal para a criação do cargo de Diretor de Obras. A ideia era que tal diretor fiscalizasse, a contento, o cumprimento do Código de Postura Municipal.

Nos anos que Antônio Soares Romêo completou seus estudos de Engenharia na Escola Politécnica de São Paulo, o Dr. Arnolpho Rodrigues de Azevedo, filho do Barão de Santa Eulália, seu padrinho, era o representante do Terceiro Distrito, pela cidade de Lorena, nos Diretórios Políticos do Partido Republicano Paulista o PRP. Na mesma época, o representante por Ribeirão Preto era o Coronel da Cunha Diniz Junqueira o mesmo que apoiava o governo do prefeito Macedo Bittencourt. Nota-se aqui as tradições familiares entrelaçadas a interesses políticos locais entre o biografado e a cidade de Ribeirão Preto. O ápice dessa relação foi o fato de Antônio Soares Romêo ter saído da capital e ido trabalhar em Ribeirão Preto.

Em dezembro de 1912 Antônio Soares Romêo terminou a graduação em Engenharia Civil. Em janeiro de 1913 já era o chefe da Diretoria de Obras do município de Ribeirão Preto, sendo ele um profissional apto à função.

Pouco tempo depois de chegar na cidade, Antônio Soares Romêo “entrou de vez” para a elite da localidade através de seu casamento. O engenheiro se casou com Carolina Ferreira Gomes, no dia 31 de julho de 1913.¹

1- Fonte: 1º Cartório Civil de Ribeirão Preto, Livro B, nº 15, Folhas 130-V, Registro de Casamentos.

Carolina Ferreira Gomes era filha de Joviano Augusto Gomes e Guilhermina Ferreira Gomes, família tradicional de Ribeirão Preto. A irmã de Carolina Ferreira Gomes, cujo nome não sabemos, casou-se com Camillo de Mattos, advogado que, em 1929, assumiu a prefeitura de Ribeirão Preto.²

O casamento de Antônio Soares Romêo e Carolina Ferreira Gomes foi proveitoso para ambos os lados. Para Carolina significava casar-se com um “doutor”, o que para a época era considerado como “bom partido”. Em contrapartida para Antônio Soares Romêo o casamento era a “cartada final” para ser aceito definitivamente pela elite em Ribeirão Preto.

Antônio Soares Romêo deixou de ser filho de uma família tradicional do Vale do Paraíba para ser ele próprio responsável por uma família da elite ribeirãoopretana. Não por outro motivo acreditamos que ele, ao incorporar elementos das memórias da infância em Lorena no município de Ribeirão Preto (a exemplo das palmeiras imperiais) tentou, conforme já tratamos anteriormente, reproduzir espaços de segurança e familiaridade.

Como consta no livro B nº 15 de Registro de Casamentos do Primeiro Cartório Civil, seus padrinhos foram a alta elite da cidade, entre eles o próprio Prefeito Macedo Bittencourt. O prefeito, neste caso, passou de chefe à padrinho de casamento, tornando as relações de “cumpadres” evidenciadas na administração pública da prefeitura de Ribeirão Preto.

Do casamento com Carolina Gomes, Antônio Soares Romêo teve dois filhos: Paulo Gomes Romêo e Suzana Gomes Romêo.³

2 - Documentação sobre Joviano Ferreira Gomes foi encontrado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 26 de abril de 1931, nº 95, ano 41, p. 3260, cobrando uma dívida de Hippólito Porto Netto, cafeicultor que hipotecou uma fazenda de café para o pagamento da dívida à Joviano Ferreira Gomes.

3 - Tentamos, no decorrer do período em que realizamos esta pesquisa, entrevistar Suzana Gomes Romêo. Ao telefone, Suzana disse ter recordação pautada em relato dos avós maternos, que após o falecimento da mãe, no ano de 1918 por decorrência da Gripe Espanhola, ela e o irmão foram entregues ao casal (avós maternos). Os avós maternos moravam em Ribeirão Preto, na residência de Camilo de Mattos, (prefeito da cidade em 1929), então marido da tia de Suzana.



Figura 01 – Quadro original da Diretoria de Obras de Ribeirão Preto. Homenagem à Antônio Soares Romêo - Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Diretoria de Obras; Subgrupo: Obras Públicas; Série: Quadros, s/d.

Segundo os arquivos da Coordenadoria Geral da Universidade de Campinas (UNICAMP)⁴, Paulo Gomes Romêo, nascido em 1916 em Ribeirão Preto, dois anos após o casamento de seus pais era médico Especialista em Ortopedia e Traumatologia. Paulo foi contratado pela UNICAMP em 1969 como professor colaborador e chegou ao posto de vice-reitor da Instituição. Dentre os cargos e títulos que recebeu, destacam-se: Membro da Comissão Organizadora da UNICAMP (1965 a 1966); Diretor Técnico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo – USP (1956 a 1969); Secretário da Educação do estado de São Paulo (1974); Presidente do INAMPS no estado de São Paulo. Paulo Gomes Romêo faleceu no dia 4 de março de 2000.

A filha de Antônio Soares Romêo, Suzana Gomes Romêo foi professora do grupo escolar Prof. Antônio Candido Correa Guimarães Filho⁵, em São Paulo; publicou livros sobre pedagogia pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: em 1979 um texto intitulado, “Você e os Problemas da Linguagem”; e, em 1981, “Você e os problemas da audição”.

Antônio Soares Romêo foi Diretor de Obras da municipalidade do ano de 1913 a 1923, e, deixou o cargo para exercer a função de professor, como o Relatório do Prefeito Dr. João Rodrigues Guião relatou no ano de 1925.

tendo-se exonerado do cargo de engenheiro municipal o Dr. Antonio Soares Romeu, por ter sido nomeado lente do Gynnasio local, foi nomeado em seu lugar o Dr. Jonas Pompéia, o qual, por sua vez, exonerou-se desse cargo em 15 de Março, tendo sido nomeado interinamente o Dr. Nelson de Carvalho Junqueira⁶

4 - Fonte: OIP – 2157/69 – processo de vida funcional e/ou pesquisar QH. Arquivos da UNICAMP.

5 - Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo – pag. 22. Poder Executivo de 27/05/1967 disponível em: [HTTP://www.jusbrasil.com.br/diarios/4561745/dosp-poder-executivo-27-05-1967-pg-22/pdview](http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4561745/dosp-poder-executivo-27-05-1967-pg-22/pdview)

6 - APHRP - Relatório apresentado em sessão de 15 de abril de 1925, pelo Dr. João Rodrigues Guião – prefeito municipal- p. 20

Em 1931, Antônio Soares Romêo pediu remoção do Ginásio local para o Ginásio da Capital⁷, deixando o município de Ribeirão Preto para lecionar em São Paulo.

Em 1934 passou a ser professor na mesma Escola Politécnica em que se formou. Neste ano, a Politécnica começou a fazer parte da Universidade de São Paulo, sofrendo uma reformulação de seu corpo docente. Grande parte dos professores contratados neste ano eram europeus, ao todo eram treze estrangeiros e mais três brasileiros; entre os últimos estava, Antônio Soares Romêo que assumiu a cadeira de física.⁸

Em depoimento sobre sua relação com a Física, Marcelo Damy, ex-aluno da politécnica relembra a atuação de Antônio Soares Romêo e o descreve como um homem culto:

Naquela ocasião, só se estudava Ciências – sobretudo Física. Fazer o curso de engenharia elétrica. Ao fim do terceiro ano, em 1934, surpreendeu-me o surgimento da Faculdade de Química e Matemática – com alguma profundidade – na Escola Politécnica. Como eu gostava de eletricidade, resolvi Filosofia. A cadeira de Física, da Politécnica, estava vaga, sendo preenchida por alguns professores contratados como o engenheiro Francisco Gayotto, excelente professor de Física Clássica, mais tarde substituído por Antônio Soares Romêo que era um professor do Gynasio do Estado – também engenheiro, um homem culto.⁹

Antônio Soares Romêo assumiu a 13^a cadeira de Física da Universidade de São Paulo, função que exerceu até janeiro de 1942.¹⁰

7 - Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo – pag 1525 de 22/02/1931, disponível em: [HTTP://www.jusbrasil.com.br/diários/3844230/dosp-diario-oficial-22-02-1931-pg-1525](http://www.jusbrasil.com.br/diários/3844230/dosp-diario-oficial-22-02-1931-pg-1525)

8 - HAMBURGER. A ciência nas relações Brasil - França: 1850 - 1950. p. 269.

9 - DAMY, Marcelo. Revolução no ensino da Física. Estudos Avançados. São Paulo, v. 08, n 22, dez, 1994, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300007&lng=en&nrm=iso

Foi durante a sua estada em Ribeirão Preto, a frente dos serviços municipais da Secretaria de Obras que Antônio Soares Romêo conviveu com as ambições de modernização das elites cafeeiras, confessadamente inspirados na Paris de Hausmanniana. Nesta ocasião, Antônio Soares Romêo tinha influência da ciência positivista, da necessidade de especificações de aparência das construções, das memórias da infância da arquitetura inspirada em Hausmann. No Capítulo 3 demonstramos como todas essas tendências informaram o trabalho do nosso biografado. Para o momento e antes disso, interessa-nos dimensionar a cidade de Ribeirão Preto.

10 - Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo – p. 18. Poder Executivo de 12/12/1942, disponível em <http://jusbrasil.com.br/diarios/4117876/dospoder-executivo-12-12-1942-pg-18>

2 - Ribeirão Preto, a elite cafeicultora, ambições de modernidade e o trabalho de um engenheiro.

A terra roxa, especialmente com o café, rendeu fama nacional e internacional no município de Ribeirão Preto, o que representou novas perspectivas de desenvolvimento para a cidade. Sobre o assunto escreveu Henrique Caldeira:

... um setor urbano praticamente inexistente na década de 1870 tem-se, 20 anos após, uma nova aparência na paisagem local. O centro urbano passou a ser impulsionado pela cafeicultura, a ter sua própria base de sustentação demonstrada pela importância do comércio de arrecadação total do município. Os profissionais liberais também foram atraídos para a localidade, provavelmente em consequência dos ímpetus de crescimento que a economia ribeirão pretana mostrou...¹¹

No início a cidade de Ribeirão Preto enfrentou problemas estruturais que não facilitaram a organização espacial no município. A cidade começou com o traçado em forma de tabuleiro de xadrez da área central, crescimento populacional acelerado e carregado de ambiguidades. O descontrole do crescimento foi fator importante que influenciou a racionalidade do espaço público e a forma adquirida pela normatização das posturas de civilidade para Ribeirão Preto.

A chegada de novas pessoas e conseqüentemente de novas possibilidades de desenvolvimento para Ribeirão Preto, fez com que os projetos de melhorias urbanas se multiplicassem. Em 1870 Ribeirão Preto não tinha infraestrutura nenhuma, não havia

11 - CALDEIRA. Economia Cafeeira: Ribeirão Preto a capital do café: estudos sobre os imóveis e negociantes durante a expansão cafeeira no final do século XIX. p.38.

calçamento nas ruas, nem abastecimentos e água e esgoto. Várias obras públicas básicas precisavam ser feitas em vista de uma população crescente.

A chegada da via férrea da Companhia Mogiana também foi sem dúvida um marco para a história da cidade de Ribeirão Preto. Depois da chegada dos trilhos, no ano de 1883, a cidade começou a exigir melhores estruturas que comportassem esse progresso inovador. Em 1890 teve início uma forte preocupação, por parte da Câmara Municipal, com relação ao abastecimento de água e da rede de esgoto.¹²

Com a ferrovia, teve início a implantação de um projeto de desenvolvimento urbano para Ribeirão Preto, nos anos de 1880-1890. A partir deste momento o governo da cidade passou para as mãos dos “Coronéis do café” e do Partido Republicano Paulista, responsáveis pela difusão do ideário de progresso.

No final do século XIX, Ribeirão Preto começou a exigir símbolos de modernidade da Belle Époque.

A Belle Époque foi um período da história europeia que começou no final do século XIX e durou até a Primeira Guerra Mundial. Esta foi uma época marcada por muitas transformações culturais, por uma expansão do modo de vida urbano e industrial e pela consolidação dos ideais burgueses, como o liberalismo, o nacionalismo e a democracia.

A este período Erick Hobsbawm denomina como a “Era dos Impérios”, época de novidades que causavam êxtase na população em geral. As descobertas da ciência, da medicina e da indústria propiciavam uma sensação de conforto para as pessoas em geral.

De meados dos anos 1890 à grande guerra a orquestra tocou

12 - Esses dados foram recolhidos da Edição Comemorativa da Edilidade Ribeirãopretana, produzido em seu primeiro centenário, 1874 – 1974, que trata sobre os Aspectos Históricos da Câmara Municipal de Ribeirão Preto e relatos da vida administrativa da Vila de Ribeirão Preto da primeira fase histórica do legislativo municipal. Para a consulta dos quadros urbanos ver páginas 13-18.

no tom maior da prosperidade...A afluência, baseada no boom econômico, constituía o pano de fundo do que ainda é conhecido no continente europeu como a “bela época”(*belle époque*) (HOBSBAWM, 1988, p.27).

Na Europa, a *Belle Époque* precedeu a Primeira Guerra Mundial, foi caracterizada como uma época de ouro, com grandes conquistas materiais e tecnológicas, como a luz elétrica e o telefone, entre outras inovações das últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX.

A Primeira Guerra Mundial afetou brutalmente o continente europeu no que tangia ao quadro internacional econômico e financeiro. A época de ouro europeia tornou-se, a partir da guerra, uma agradável lembrança.

A belle époque foi de fato paraíso que seria perdido após 1914. Para os homens de negócio e os governos posteriores à guerra, 1913 seria o ponto de referência primeiramente, ao qual eles esperavam retornar, deixando para trás uma problemática. Visto dos nublados e conturbados anos do pós-guerra, os movimentos excepcionais do último boom anterior a ela faziam figura de ensolarada “normalidade”, a que ambos aspiravam retornar, em vão. (HOBSBAWM, 1988, p.27)

No Brasil a *Belle Époque* é vista com os mesmos ares de progresso que a evolução tecnológica oferecia à Europa. Isso foi possível porque a lucratividade do café permitiu o acesso a todo este conforto que as inovações propiciavam. Os membros da elite do café tinham uma ligação com a França, neste momento Paris era a cidade capital,¹³ era em Paris que aconteciam e floresciam os desejos da elite cafeeira.

O estremecimento da economia da Europa, causado pela Primeira Guerra Mundial, intensificou a entrada de produtos

13 - Para o conceito de cidade capital ver SALGUEIRO, Heliana Angoti. Da temática, dos atores e suas idéias in Cidades Capitais do século XIX.

norte americanos no mercado brasileiro. Nota-se que nem os Estados Unidos, nem o Brasil participaram efetivamente da guerra, se comparados com a Europa. Esta relação com os Estados Unidos não é motivo para concluir que entre nós, os brasileiros, findaram-se as relações da elite cafeeira com os hábitos franceses. As influências francesas seguiram como exemplo de civilidade para os cafeicultores.

Portanto, com ares europeus e influências do mercado americano que proporcionou nova cultura, como o carro, o avião, o jazz etc., a *Belle Époque* no Brasil se estendeu para além da *Belle Époque* europeia. Somente com a crise do mercado de café, em 1929, é que a “era de ouro” brasileira, e sobretudo a paulista, chegou ao seu momento de decadência, sendo assim aos poucos minada.

Entre os vários elementos de progresso, destacamos a modernidade das cidades. Neste momento, as cidades são vistas como um palco para o espetáculo da modernidade, tanto no comportamento social, quanto no exibicionismo das novidades. No continente europeu, mais especificamente na França, acreditava-se na necessidade de modernizar as cidades, para que fosse possível usufruir das possibilidades que as inovações ofereciam.

Em Paris, a cidade vista como um burgo medieval não mais correspondia ao estilo de vida que a modernidade exigia. Na capital da França, Georges Eugene Haussmann foi o responsável pela reforma urbana que transformou Paris de burgo à referência de evolução urbana.

Na América Latina, pelo menos até meados do século XX, mesmo após o surgimento de outros recursos e modelos de planejamento urbanísticos, o exemplo de Haussmann seguiu predominando sobre todas as novas concepções.

O ideal haussmaniano ecoou para as terras brasileiras, influenciando fortemente as intervenções urbanas de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a partir da década de 1870. Entre as influências destacam-se a geometrização do espaço, a domesticação da natureza, a construção de grandes avenidas e bulevares. A

necessidade de demolir um passado colonial foi representada nos sentimentos de uma elite nacional disposta a aprender as lições urbanísticas de Haussmann em Paris e introduzir, à sua maneira, o Brasil na modernidade.

O café, produto de exportação brasileira, como planta de civilização – no conceito braudeliano – ao aportar nas principais cidades europeias do século XIX, Paris e Londres, trouxe para o Brasil republicano os modelos urbanos de administradores municipais, como o Barão Haussmann em Paris ou dos progressos técnico-científicos e industriais durante a era vitoriana (1851-1901). A hipótese criada é a da produção cafeeira como promotora do processo urbano na cidade de Ribeirão Preto, nos primeiros acordos da República (1890-92).

Nos tempos republicanos, o café representou a mola do progresso em Ribeirão Preto. O café produziu a cidade, as ruas, avenidas, praças e prédios, enfim materializou os espaços públicos. A necessidade de se urbanizar a localidade assegurava aos coronéis um novo locus de decisões políticas nacionais e valorizações cafeeiras. A presença desses homens no cenário urbano revela-nos uma singularidade histórico-cultural das terras do café e nos coloca à frente de um fenômeno denominado modernidade, cujas raízes se remontam à ascensão de uma burguesia industrial disposta a eliminar os vestígios da tradição europeia.

Na ânsia de modernizar Ribeirão Preto, a elite local julgou necessário a aplicação e fiscalização das regras dos Códigos de Postura. Esse desejo de implementar o progresso passava necessariamente pela preocupação de expor até mesmo impor o poder que o dinheiro do café proporcionava a estes homens. O fato é que as intervenções que deveriam ser realizadas no município precisavam de mãos capacitadas para o emprego de suas normas.

Apropriando-se dos projetos urbanísticos empreendidos por Haussmann em Paris (aeração, arborização, higienização do espaço urbano), tal qual Pereira Passos, no Rio de Janeiro – irmão mais velho do prefeito municipal Macedo Bittencourt, utilizando a régua e o compasso, Antônio Soares Romêo inter-

veio parcialmente numa malha urbana em processo de transformação, desenhada desde finais do século XIX. Pressupõe-se, assim, uma revisão da cidade baseada em princípios ordenadores e remodeladores dos espaços urbanos, inspirados em modelos europeus.

A implantação de um projeto de desenvolvimento urbano para Ribeirão Preto, interligava-se, de forma intrínseca, com as transformações culturais no universo urbano da Europa da segunda metade do século XIX. Com efeito, o salto técnico-científico e industrial da Inglaterra vitoriana, que propiciou os melhoramentos de novos potenciais energéticos como a eletricidade, a higiene, veículos automotores, cinema, etc., e as revoluções de Paris em 1848 e 1871, implementadores dos signos burgueses de ordenação urbana (razão e técnica) e liberdade de consumo (modas, teatros, cafés...), serviram de objeto de desejo e inspiração de uma elite local que queria transformar Ribeirão Preto na Petit Paris, apelido cedido à cidade ao gozo das elites locais.

Em Ribeirão Preto o café representou o principal produto da base da economia agrária do município. O Estado de São Paulo detinha três quartos da produção cafeeira do país e a cidade de Ribeirão Preto representava uma quantia elevada deste coeficiente fazendo-se, portanto, um município com elevado grau de importância neste centro.

A importância e até a dependência dessa cultura agrícola para o município de Ribeirão Preto ficou evidente nas Atas Municipais:

“Foi resolvido que se desse as informações que o governo pede em circular de 22 de outubro do último, no sentido de

14 - Sobre a haussmanização no interior paulista ver: DOIN, José Evaldo de Mello. A régua e o compasso nas terras do café: a haussmanização das cidades do interior paulista na República Velha. Anais do XI Encontro Regional de História, "História e Exclusão Social", p. 54-57. Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, XI Encontro Regional de História, ANPUH/MG, 27 à 31 de julho de 1998.

demonstrar que este município, é exclusivamente próprio para o plantio do café, e que apesar de já ter milhões de pés de café plantados teria um numero muito mais superior de tivesse forças para cultivá-los e que quando a indústria não é ousada neste município de base essencialmente agricola. Que existe alguns criadores de gado, porém que estes estão passando para o plantio do café e quando ao mais que consta na dita circular, há no município ainda ser muito novo”¹⁵

A plutocracia dos Coronéis do café e proprietários de terras traduzida em poder político impôs uma teia de submissões e dependências dentro do sistema. A lucratividade econômica proporcionada pelo café gerou a essa elite cafeeira a garantia do poder privado, legitimado no público, ao apropriar-se dos meios legais da administração.

Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, retrata a fusão das esferas públicas e privadas no mundo moderno:

...com a ascensão da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico (oikia) ou as atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família, transformaram-se em interesse ‘coletivo’. No mundo moderno, as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra(...) (ARENDR, 1993, p. 42) .

No caso de Ribeirão Preto, configurou-se uma espécie de esfera pública burguesa¹⁶, analisada por Habermas, na qual os preceitos e condutas reservados à esfera privada passam a ser expostas no âmbito do público. Exemplo disso é o investimento do dinheiro público para fins daquilo que os coronéis julgam

15 - Ata Municipal de 22 de dezembro de 1878 – citado em ACRA FILHO. A economia cafeeira e a política oligárquica do município de Ribeirão Preto. p. 160.

16 - Para este conceito usamos as idéias de HABERMAS. A mudança estrutural publica: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. pp. 33 e

interessante para a manutenção das lavouras cafeeiras, à exemplo, os abates de impostos sobre terras da lavoura cafeeira em tempos de dificuldades de produção.

Em “O contorno: poder e modernidade”, Balandier reflete sobre as crises de representação e identidade da política e do poder no mundo das técnicas modernas. As conclusões de Balandier nos remetem para a ritualização da política e do poder na modernidade, na qual a força que legitima este poder não se encontra na figura do indivíduo, mas sim naquilo que ele denomina de corpo místico, ou seja, o poder não é apenas referente a pessoa, mas a uma construção imaginária que envolve a coletividade num dinâmico conjunto de símbolos, tradições e marcos corporais “que materializam e exprimem parte do simbólico do poder” .

Para exemplificar a análise anterior, basta nos remetermos à figura simbólica do Coronel Francisco Schmidt, um dos maiores produtores de café do país que possuía em si próprio a força da tradição – marcado por insígnias patenteadas de Coronel e Rei do Café . Em contato direto com as modernas técnicas de comunicação da cidade, Francisco Schmidt garantiu a expressão “Rei do Café” e por consequência a extensão do seu poder decisório à população ribeirãopretana. Neste caso, ainda concordando com a concepção de Balandier, o corpo físico (Schmidt) e o místico (Rei do Café) se uniram numa só imagem capaz de romper a barreira entre o público e o privado.

A partir do momento em que esta elite cafeeira assumiu a administração da municipalidade, suas pretensões íntimas extrapolaram para o mundo exterior. Por meio da normatização do público, a elite controlava coisas que sempre estiveram na esfera do privado, como os hábitos e comportamentos.

A respeito da normatização da conduta pública citamos três artigos do Código de Posturas do Município de Ribeirão Preto do

17 - Fonte: Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto,1913.

ano de 1921, promulgado pelo prefeito João Rodrigues Guião, dispostos no Título IV: Dos costumes públicos, comodidades dos habitantes e dos divertimentos públicos:

Art. 162 – É proibido gritar, salvo para pedir socorro, e bem assim fazer alarido, cantar pelas ruas e lugares públicos e por qualquer modo perturbar o socego publico. Os infractores incorrerão cada um na multa de 20\$000.

Art. 268 – Nenhum mendigo poderá esmolar pelas ruas, praças e outros lugares públicos. O que for encontrado infringindo esta disposição será conduzido e entregue à policia para os fins legais.

Art. 270 – O bando de ciganos que for encontrado no município será intimado a retirar-se imediatamente para fora dos limites deste, e, si no final de 24 horas, não tiver obedecido a intimação, incorrerá o respectivo chefe na multa de 50\$000 e será detido ate que o bando se retire effectivamente. Se não for conhecido o chefe, as penas desse art. serão impostas a qualquer dos indivíduos que fizeram parte do mesmo bando.

Nestes artigos é possível visualizar regulamentos da fala, de ações várias, de quem era ou não bem vindo ao município. As leis e regulamentos do Código de Posturas foram elaborados pela Câmara Municipal, formada pelos cafeicultores.¹⁸ Assim podemos concluir que ao gosto da elite a cidade era regida.

Estes homens que obtinham o poder de regulamentar até mesmo o comportamento social através de legalidades não eram unicamente “uma elite”, mas sim grupos dominantes, que detinham o dinheiro e controlavam a política, a mídia e a sociedade civil.

No aspecto da formação destes grupos dominantes da primeira

18 - Álbum Comemorativo do Centenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. 5º legislatura. p. 21.

República na cidade de Ribeirão Preto percebemos a existência de vários tipos de pessoas.

Participantes da cena, estes atores políticos provinham de diversos mundos. Para além da força da tradição das famílias, como no caso da família Junqueira, que dominava a política local principalmente sob a figura de Quinzinho Junqueira, houve também homens que eram símbolos de respeitabilidade que fizeram fortuna de outra forma que não aquela dos laços familiares, a exemplo de Francisco Schimith que era alemão e fez sua fortuna e prestígio nas terras do café.

Assim a elite local era formada por vários grupos, de tradições familiares, de estrangeiros enriquecidos, muitas vezes com um caráter até mesmo arrivista. Também faziam parte dos grupos os bacharéis, como o prefeito Joaquim Macedo Bittencourt, médico que sustentou seu cargo por nove anos, e Antônio Soares Romêo. Diferentes pessoas, com diferentes tradições que ao fim formavam em Ribeirão Preto uma elite heterogênea.

Diferente de uma oligarquia cafeeira, Ribeirão Preto presenciava uma plutocracia do dinheiro instalada em sua política. O grupo dominante, formado por elites com heterogeneidades explícitas, visto os vários atores e suas máscaras. É necessário ainda enfatizar que interesses esses personagens tinham em comum, sendo o maior deles o desejo de modernizar Ribeirão Preto, ao sabor dos ares europeus.

Transformar Ribeirão Preto em uma cidade capaz de sustentar e dispor das revoluções tecnológicas que a *Belle Époque* proporcionava era uma vontade própria desta elite que dispunha do dinheiro para gozar de determinadas facilidades e luxos.

Thomas Walter, ao tratar do Coronel Quinzinho Junqueira, afirma a aproximação entre o interior de São Paulo e a sofisticação europeia.

Quinzinho Junqueira era um homem de caráter igualmente fascinantes... era um aristocrata. Sua família... já morava na região há algumas gerações. Originalmente criadores de porcos e pecuaristas, tornaram-se cafeicultores e prospera-

ram. A riqueza lhes deu oportunidade para adquirir cultura no sofisticado mundo europeu. Apesar de poucos membros da família terem tido uma educação formal, praticamente todos foram educados na infância por alguns dos melhores tutores particulares que o dinheiro podia comprar. Eles haviam viajado pela Europa e adquirido gostos apurados e maneiras sofisticadas (WALKER e BARBOSA, 2000, p. 63).

Os donos do café entraram em contato com a ideia de modernização europeia, principalmente a parisiense, (visto que Paris era o modelo da civilização da *Belle Époque*).

Vários fatores podem ter resultado neste relacionamento entre os cafeicultores de Ribeirão Preto e a Europa. A onda de possibilidades de enriquecimento que o café gerou neste período atraiu para a cidade um número grande de imigrantes de descendência europeia que consigo trouxeram hábitos, profissões, estilos etc. É necessário especificar que neste momento nos referimos à imigração europeia que povoou a área central da cidade; não estamos nos reportando, portanto, aos imigrantes contratados para o trabalho na lida dos cafezais, mas sim àqueles que com a gana do dinheiro instalaram-se na cidade e, via de regra, acabaram formando importantes comércios na cidade, por este motivo podemos perceber vários pontos comerciais com nomes europeus nas fachadas (ver Figura 02).

Além da imigração europeia, a mudança que ocorreu com o café imperial e republicano fez com que vários produtores da área do Vale do Paraíba investissem nas lavouras de Ribeirão Preto. Como já analisado no capítulo anterior, os cafeicultores do Vale do Paraíba tinham relações diretas com a capital do Império no Rio de Janeiro que por sua vez era um nicho de exemplos de civilização a ser alcançada.

DROGARIA E PHARMACIA ITALIANA
"PELOSI"
Pharmaceutico THEODOSIO FEDULLO
Importação directa
 Completo sortimento de productos chimicos e especialidades pharmaceuticas nacionaes e estrangeiras
 Artigos de gomma elastica, Medicatura antiseptica; Dosimetria, Homoeopathia, Especificos, Humphreys, Alcool, Essencias, Anilinas etc.—Artigos para fogueteiros, Acidos mineraes, Deposito de vidros, rolhas e laminas de Estanho.
Perfumarias finas
Vendas por atacado e a varejo  **Preços modicos**
Rua Saldanha Marinho, N. 107 e 109
 TELEPHONE, 76 CAIXA POSTAL, 109
Ribeirão Preto

Figura 02 – Anúncio do comércio de propriedade de estrangeiros italianos. Fonte: Almanach Illustrado de Ribeirão Preto, 1913

Alguns membros da elite que participavam do cotidiano da cidade de Ribeirão Preto tinham acesso a Europa, como é o caso de Santos Dumont.



Figura 03 – Primeira viagem de automóvel de São Paulo à Ribeirão Preto, em 1916. No carro: Alberto Santos Dumont, Conde Silvio S. Pentecost, Tte. Prado, Major Luís Fonseca, Sebastião Prado. Disponível em: Catalogo Memória fotográfica de Ribeirão Preto. p. 40.

As ferrovias e os trilhos também foram responsáveis por muito da influência da modernidade europeia na cidade. Era pelos trilhos que as novidades chegavam a Ribeirão Preto: os materiais de construção e artigos de luxo, como os mármore das escadarias dos prédios mais luxuosos.

No Almanach Ilustrado da cidade de Ribeirão Preto encontramos referências a respeito da ferrovia e das benesses que a Companhia Mogiana trouxe para a cidade de Ribeirão Preto.

Não podemos deixar de registrar n'estas poucas linhas o benefício que esta importante via férrea na tem prestado a Ribeirão Preto, principalmente para as obras de Caridade, como Matriz, Palácio Episcopal, Externato Agostiniano, Santa Casa de Misericórdia, Sociedade Amiga do Pobres e tantas outras quantas existem nesta cidade, a Cia Mogiana tem transportado gratuitamente todos os matérias de construção moveis e utensílios.

A Companhia Mogiana significou a facilidade para exportar o café levando o produto até o porto de Santos e daí para a Europa; pelo caminho contrário era possível a chegada no interior paulista de mercadorias importadas que atendiam às expectativas da elite ribeirãopretana.

Do mesmo jeito que a ferrovia facilitou o transporte entre a capital e o interior, este fato pode ser ilustrativo quanto a facilidade do ir e vir a São Paulo, por exemplo, para as discussões políticas do Partido Republicano Paulista que tinha sede na capital do estado.

É importante salientar que dos grupos dominantes que participavam a pretensão de modernidade na cidade de Ribeirão Preto nem todos foram de fato a Paris, mas absorveram o imaginário da modernidade europeia. Daí a importância do imaginário que será mais bem analisado no próximo subitem.

A ânsia da modernidade no município de Ribeirão Preto foi de fato uma característica desta Belle Époque tardia que ocorria por conta do café. José Evaldo de Mello Doin afirma que o café,

como produto gerador de riquezas, que movimentava o mercado financeiro na terra de homens que evidenciavam a necessidade de uma civilidade e de uma modernidade, gerou no interior paulista uma *Belle Époque* moldada à sua natureza, denominada pelo autor de *Belle Époque* Caipira.

... Essa expansão estabelece a enorme dianteira das terras do café sobre as outras regiões do país. O mundo do coffee business se engloba e sofisticava. Entupida de dinheiro, sua elite quer a todo custo modernizar-se. Aquelas vilzinhas, aqueles vilarejos que poucos anos antes eram apenas um parco aglomerado de casebres, anônimos, insignificantes, entregues a modorra sonolenta da rotina, num repente acordam tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir as benesses do progresso e da civilização, acordados que foram pelo aroma forte e instigante daquela bebida dadivosa.

Rápido crescem e tomam formas de cidades. Centros bafejados pela força da grana que constrói e destrói coisas belas. Admirável mundo novo que mescla sem possibilidades de separação o arcaico e o moderno. Era a Belle Époque caipira que tomava conta dos corações e das mentes das cidades no interior paulista...

Nessa aura de transformações, o interior paulista não se excluiu ou se encolheu diante das novidades; pelo contrário, a gente caipira participou desse processo e, contra a maré da historiografia urbana, exerceu um domínio e prestígio de caráter mundial, que lhes conferiu um desenvolvimento urbano peculiar que, muitas vezes, antecipou-se às próprias capitais. Por exemplo, o Teatro Carlos Gomes, construído no centro da Praça XV de Novembro, na cidade de Ribeirão Preto, em 1897 – obra financiada pelo coronel Francisco Schmidt – antecipou-se ao Teatro Municipal de São Paulo, edificado em 1911.

Diversas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Araraquara, São Carlos, Porto Alegre, Belo Horizonte, no tocante à urbanização, foram influenciadas pelo que primeiro

ocorreu no continente europeu. França, Inglaterra ditavam as inovações (embora estivesse ocorrendo modernizações das urbes em outros países europeus); Estados Unidos da América materializavam o exemplo de país jovem a ser seguido no rumo do progresso.

A urbanização de Ribeirão Preto desenvolveu-se de forma ambígua, fundada num ambiente extremamente difuso e repleto de nuances.

Como afirma José Antônio Acra Filho a respeito de Ribeirão Preto,

as articulações da sociedade serão definidas através da realidade social: as suas dimensões não foram concebidas como independentes dos homens que a viviam, suas ações e relações mobilizavam, unificavam e davam sentido aos componentes do cosmo social desta sociedade cafeeira (FILHO, 1981, p.5,6).

É fato que a elite sabia que queria uma cidade capaz de absorver as novidades, urbanizada, “civilizada”. Para que esta proposta de modernização fosse concreta houve a necessidade de contratar pessoas com conhecimentos específicos para o trabalho. Em Ribeirão Preto uma dessas pessoas foi o engenheiro Antônio Soares Romêo.

3 - Crenças e desejos da sociedade ribeirãopretana

Antônio Soares Romêo entrou em cena na administração pública de Ribeirão Preto como engenheiro municipal e chefe da Diretoria de Obras.

A função do engenheiro municipal surgiu como um dos principais elementos de transformação urbana da cidade.

O cargo de Engenheiro Municipal parece ter sido extinto em determinados momentos pela Prefeitura. Estes períodos não ficam definidos nos Relatórios, como indica o Relatório de 15 de janeiro de 1920 do prefeito Joaquim Macedo Bittencourt:

...a Camara não tinha repartição de obras quando assumimos a direcção do município. Fora, annos antes, suprimido o cargo de engenheiro municipal e as obras que aqui faziam, quer públicas quer particulares, não eram submetidas á devida fiscalização, entregues aquellas a empreiteiros, nem sempre escrupulosos, e estas as livre arbítrio doa proprietários, que raramente observavam as disposições do Código de Postura (...) Em vista de tudo isto, quando, em 1911, apresentei ao Conselho Municipal o projecto do orçamento para o exercício seguinte, nelle inclui a verba necessária ao pagamento de um diretor de obras e propus que se creasse de novo o cargo de engenheiro municipal, expondo aos Srs. Vereadores os motivos que me levavam a julgar indispensável esta medida. Approvada a minha proposta e creado o cargo, nomeei para exerce-lo o Dr. Mario de Salles Souto,

que pouco tempo depois, o deixou por se ter mudado para a capital do Estado, sendo substituído pelo Dr. Antonio Soares Romeo, que ainda hoje o exerce com reconhecida competência. Assim, sob a direcção deste illustrado profissional, tendo como seu auxiliar o Cap. Jarbas Vieira de Souza, diligente e honesto funcionario que tão bons serviços tem prestado ao municipio, ficou organizada em 1912 a repartição de obras, que tem a seu cargo não só elaborar os projectos e plantas e dirigir as obras públicas municipaes, como também fiscalisar as obras particulares.¹⁹

Neste documento é visível a necessidade da supervisão e padronagem que as configurações do mundo moderno exigiam. Tópicos da higiene das habitações, como ventilação, iluminação e a disposição adequada dos aparelhos sanitários applicavam-se pelas regras estabelecidas em Códigos de Posturas municipais.

É possível perceber a vontade, por parte do então prefeito perrepista, de utilizar as tecnologias de época, applicando os Códigos de Posturas para que, enfim, pudesse ser a cidade reconhecida pela sua civilidade. Para as práticas e applicabilidade do conhecimento técnico que esta tarefa exigia, Macedo Bittencourt procurou e seleccionou mãos capacitadas para desempenhar a função de engenheiro municipal.

Entre os critérios de seleção do Partido Republicano Paulista sempre foi privilegiada a convivência, os laços de amizade, as origens comuns, que, na realidade eram fatores decisivos para manter uma unidade ideológica dentro do partido.

Ênio Casallechi explica que a escalada de representatividade pessoal dentro do governo perrepista era uma tarefa complicada:

a ascensão passava por uma longa corrida de obstáculos. O

19 - APHRP - Relatório apresentado em sessão de 15 de agosto de 1920, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt. pp. 28 e 29.

primeiro e o mais importante eram o de origem social: jamais um representante da classe trabalhadora, numa sociedade em largo progresso material, atingiu qualquer posição ocupada pela elite (CASALECCHI, 1987, p.237).

Para a aplicação das novas experiências da engenheira e arquitetura foi então chamado para o cargo Antônio Soares Romêo, um ator social que, além de frequentar a elite e ser aparentado com o chefe político perrepista de Lorena, trouxe para Ribeirão Preto as técnicas aprendidas na Politécnica de São Paulo, local em que ensinava o ilustre Ramos de Azevedo, professor desta instituição e que é certamente um ícone da modernidade para a questão arquitetural brasileira. Como visto anteriormente neste estudo, são os vestígios do positivismo vigente e fervoroso no início do século XX.

O discurso ideológico da administração de Ribeirão Preto é o mesmo do Partido Republicano Paulista, ou seja, tem como lema progresso, tecnologia, civilização e elementos afins.

O prefeito municipal Macedo Bittencourt (1911-1920) compunha forças com a elite financeira e política, com nomes como Quinzinho Junqueira, chefe político de Ribeirão Preto e líder perrepista regional, coronéis do café, entre eles Coronel José Martimiano da Silva e Coronel Manoel Maximiano Junqueira, para, enfim, culminar em uma administração que seguia os ideais republicanos e vislumbrava o progresso.²⁰

O discurso político usado pela administração local engendrou uma retórica progressista, ou seja, usava léxico específico, fórmulas e estereótipos, regras e formas de argumentação. Todos estes recursos consolidavam a identidade do governo. Esta sociedade agrária que estava a frente da administração de Ribeirão Preto enxergava o desenvolvimento urbano mais para sustentar a

20 - Para a compreensão detalhada da administração de Macedo Bittencourt e da ânsia causada pela modernidade nesta candidatura ver PAZIANI. Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920).

retórica progressista que para estimular a transformação da sociedade como veremos no próximo subitem.

Quanto às ideologias e culturas políticas do Partido Republicano Paulista, é perceptível a necessidade da inserção da ideia de progresso, das tecnologias, dos avanços da chamada civilização (STAROBINSKI, 1989) no mundo atuante dos cafeicultores e nas cidades produtoras de café. Há uma expectativa em torno da cidade que Ribeirão Preto quer se tornar.

Os projetos urbanos foram momentos de articulação entre ação, intenção, discurso e desenvolvimento técnico.

No momento em que Antônio Soares Romêo assumiu a supervisão das aplicabilidades das normas relacionadas a construção contidas nos Códigos de Postura, surgiu a questão da ostentação do patrimônio arquitetônico da cidade como uma representação social local e de importância múltipla para o entendimento da cultura política implementada pelo partido atuante.

O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que o imaginário social faz-se também do depositário da memória que o indivíduo, enquanto membro de vários grupos, forma na sua vivência cotidiana. Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade.

Socialmente o imaginário designa o estruturante originário de uma dada sociedade, o que torna possível as diversas organizações humanas. Como um dos elementos fundantes do que se chama “realidade”, possui uma relação com ela muito mais complexa do que o aspecto ilusório e espetacular atribuído tanto no uso mais frequente do termo, quanto nos meios psicanalíticos. A existência do imaginário está diretamente ligada às suas relações “profundas e obscuras” com o simbólico. O imaginário necessita do simbólico, tanto para exprimir-se, quanto para existir

(CASTORIADIS).

Além de o imaginário usar o espaço como meio de subsistência, ele se projeta nele tornando-se inventor de situações concretas. Assim, a racionalidade tecnocrata de organização espacial, aplicada por Antônio Soares Romêo, juntamente com o financiamento dos cafeicultores reproduziram na cidade de Ribeirão Preto a ideologia progressista.

A propagação de necessidade de ordenamento e higienização, as tais pretensões modernas, foram tomando forma sob a inspiração de seus executores. Ergueu-se, através da arquitetura e do urbanismo, cenários monumentais destinados ao próprio teatro político que, por sua vez, colocou as massas influenciadas numa via de mão única, que construíram e/ou transformaram a cidade numa força criativa imposta que manifestava suas ambições e excessos.

O poder que essas representações ideológicas exerceu foi capaz de modificar espaços, hábitos, costumes e até mesmo de inventar novas tradições. Em Ribeirão Preto, esta valorização do espaço, como medida de exposição de poder e ostentação patrimonial foi aplicada e efetuada por este projeto modernizador, sonho a ser alcançado pela elite local e que a plutocracia permitia executar.

A respeito desta imposição, Georges Balandier discute em seu livro *O Contorno*:

Ao contrário do indivíduo desarmado (ou quase), e principalmente no meio urbano, o poder situa-se fortemente armado para traduzir em obras monumentais a paisagística sua ideologia e sua grandeza, para marcar de forma durável a memória coletiva. Em todos os tempos as civilizações, este poder deu uma materialidade arquitetural à imagística através da qual ele diz quem é e afirma sua pretensão de se inscrever definitivamente na história (BALANDIER, 1997, p. 242).

Para a administração da cidade de Ribeirão Preto construir de

outro modo, refazer uma sociedade antes agarrada à rudez eram desejos veementes. A cidade utópica passou a ser uma idealização que substituiu a cidade real com seus problemas estruturais e desordens, moldada imperfeitamente pelos homens no curso da sua história. E foi exatamente para tornar tecnicamente possível a realização deste imaginário ordenador que Antônio Soares Romêo foi contratado pela administração ribeirão-pretana e passou a fazer parte da elite técnica que possibilitava o ideal ser real.

Bronislaw Baczko (1985), seguindo uma perspectiva mais política da questão da imaginação e do imaginário social, ressalta: “está em moda associar a imaginação e a política, o imaginário e o social”. Essas relações encontram-se nos discursos políticos e ideológicos em relação às Ciências Humanas. Objetivar a análise da questão política é ver a “imaginação” e o “poder” unidos na exaltação, na denúncia, no slogan e no simbolismo; enfim, nos discursos e nas ações dos atores políticos.

Antônio Soares Romêo foi um desses atores políticos; edificava e controlava as obras públicas em nome do interesse de toda a população e ao mesmo tempo arquitetava residências particulares que visavam atender os desejos e os gostos da elite cafeeira, ávida para viver ares europeus em pleno sertão d’Oeste. Nem sempre os interesses da população coincidiam com os do engenheiro e estes com os dos cafeicultores.

Era a modernidade, um valor que alimentava o imaginário social do mundo ocidental. No entanto, a modernidade é essencialmente movimento, mobilidade, que torna evidente o impossível, mas com as portas abertas a vários possíveis, sendo assim tende a um estranhamento de identificação das novas configurações e deu suas interpretações.

Em uma constância de rupturas em que as consequências geradas põem em risco aquilo que garante ao homem estabilidade, como em um jogo, o futuro é visto tanto pelo lado pessimista frente às novas experiências, como pelo lado otimista que crê que a ciência e a técnica garantirão um futuro melhor. A moder-

nidade é o sinal da incerteza, é a abertura dos espaços individuais e sociais ao novo, que causa uma crise de interpretações, cabendo assim à retórica modernista o papel de dissimular a ignorância ou a incompetência.

Ribeirão Preto enfrenta o projeto modernizador com grande otimismo, talvez a explicação desta particularidade seja a garantia de sucesso que a associação dinheiro/poder político parecia proporcionar.

A modernidade caipira não excluiu a localidade, que participou e pressionou o poder público em nome de melhorias urbanas, fosse se utilizando daquele poder – atas municipais – ou reinventando práticas culturais de elite – fundação de jornais, não pagamento de impostos. Era a fronteira movediça entre as esferas da exclusão e da inclusão.

É nítido e nada surpreendente que essas mudanças trouxessem consigo novos hábitos e costumes que passaram a ser valorizados. Os cafeicultores transferiram suas casas para os locais já infraestruturados, motivados pela organização e agilidade das suas atividades, centros produtores e comerciais com bancos e agências de financiamento, por exemplo. Em resumo era de interesse da elite política e econômica que os cursos técnicos fossem valorizados.

Estes núcleos urbanos progressistas que abrigavam essa elite cafeicultora precisavam, na visão oficial, de gente capacitada para a aplicação técnica de recursos como sistema de transporte e serviços de água encanada, esgoto tratado e luz elétrica. Com o mesmo intuito, passam a ser adotados estilos como o neoclássico, a art-nouveau, o neocolonial e, sobretudo o eclético que, além de buscar melhorias na urbanização e higienização, buscavam embelezar a feição de residências urbanas coloniais em busca de ostentação e riqueza proporcionadas pelo êxito da cafeicultura (TOLEDO).

Ribeirão Preto traz consigo esta visão. Indiscutivelmente, a obra deixada pelo engenheiro é motivo de ostentação, não somente para o período analisado, mas inclusive para os dias de

hoje. Nota-se a ostentação do patrimônio na maneira como os prédios eram apresentados no Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto:

Companhia Antarctica Paulista – O edifício onde estão instalados a fabrica, os escriptorios e as varias dependencias desta filial, honra sobremaneira da Capital d’Oeste. E’ incontestavelmente um prédio do mais aprimorado gosto artístico.

O sumptuoso Theatro Carlos Gomes, onde têm debutado os melhores companhias. E’ um edificio que embelleza e honra a nossa “urbe”. Muito concorreu para levar a effeito a construcção do mesmo o cel. Francisco Schimidt.

Edificio da Sociedade Recreativa – Como vêm os leitores, este predio é um verdadeiro mimo da moderna architectura. O seu conjunto e os seus menores detalhes isso attestam.

Enquanto instrumento de uma ideologia dominante, a arquitetura estaria materializando não somente seu significado primeiro, intrínseco a qualquer objeto arquitetônico, aquele de ocupação do espaço urbano, volumetria que impõe outro olhar, se não a toda cidade, mas ao seu entorno imediato, mas incorpora um segundo significado, num contexto de modernização da cidade, implementação de medidas ordenadoras e transformadoras pelo viés do controle tanto sanitário quanto social, além de estético.

Sendo assim, o projeto modernizador que sustentou o sentimento de ostentação estava centrado nas decisões e ações específicas da elite. Naturalmente, para alcançar êxito, o projeto de modernização deveria ser legítimo. Para tanto, o discurso foi instrumento importante. A elite falava de modernização, difundia determinadas concepções de modernidade, fundamentava o discurso em construções reais e tentava incutir nas mentes dos mais desprivilegiados que o progresso agradaria a todos, mesmo que na prática o civilizar significasse também excluir.

É notável a presença de uma ideologia arquitetural e urbanística no começo do século XX em Ribeirão Preto. Ou seja, havia uma representação que a elite e também o Partido Republicano Paulista faziam – e impunham aos outros – das relações por eles mantidas em sua realidade arquitetural, obedecendo obviamente às razões de variados interesses político-sociais, na busca de legitimar o projeto modernizador mostrando suas vantagens e poderio.

A legitimação tornava o projeto de modernização algo natural, alguma coisa da qual se deve participar e não questionar e, como tal, caberia a todos. À elite obviamente era a maior beneficiária de tudo o que implicava tal projeto: dos prazeres da cozinha, das roupas e costumes e do cotidiano, importados da Europa; dos deleites das encenações e concertos musicais no Teatro ao ambiente urbano provido de melhorias na infraestrutura, construção e ajardinamento de praças para passeios diários.

O relatório apresentado pelo prefeito Macedo Bittencourt, em 1920, ressaltou a necessidade de tornar a visão pública da cidade algo que agradasse os olhos acostumados ao belo:

Para suprir esta falta de legislação, foi apresentada, em uma das nossas sessões, uma indicação no sentido de se dividir a cidade em circunscrições, estabelecendo-se para cada uma delas um typo ou padrão de casas obrigatório, pelos quaes se deveriam guiar os constructores na confecção dos seus projectos. Essa indicação porem, não foi convertida em lei porque a Camara não achou opportuna para a nossa cidade, onde se pagam elevados alugueis, porque as construcções não se fazem na proporção do augmento da população, e poderiam diminuir, se se lhes creassem qualquer obstáculos. Deste modo, só de um meio era lícito á Prefeitura lançar mão para lhe impedir que se levantassem a effeito projectos, cuja approvação lhe era requerida, de casas de má apparencia, que enfeiam as cidades, despertando censuras á administração: era chamar os requerentes para aconselhalos a melhorarem suas plantas, fazendo-os verem que com pequeno dispêndio dariam maior valor ás suas propriedades e mandando que a

repartição de obras lhes fornecesse gratuitamente os desenhos das fachadas. E isto felizmente se fazia quasi sempre com resultado, porque raramente esses conselhos deixavam de ser attendidos, corrigindo-se assim, sem arbitrariedade, a deficiência da lei e conseguindo-se dar outro aspecto á cidade pela melhor architectura de suas construções.²¹

21 - APHRP: Relatório apresentado em sessão se 15 de janeiro de 1920, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt. p. 30 e 31 (a redação é original do documento).

4 - Intervenções no plano urbano e arquitetônico

Construindo a cidade com praças, ruas, jardins, prédios, sistemas de água e esgotos, pontes, arborizações e canalização de rios, além de sua habilidade para edificações de grande porte, Antônio Soares Romêo ajudou na modernização de Ribeirão Preto, otimizando a vontade de poder de uma sociedade amparada pela lucratividade cafeeira e pelas ações dos coronéis.

O Almanack Ilustrado de Ribeirão Preto do ano de 1913 aponta como foi a situação das construções prediais do município no ano:

... Existem no município mais de 10.225 prédios, sendo 3.104 na cidade, 199 compreendidos na área suburbana, 165 em Villa Bonfim e 6.757 exclusivamente rurais.

Na cidade há 2.818 prédios habitados, sendo 30 sobrados, 23 assombrados, com o porão habitável, e 2.765 terrenos.

A presença viva das mudanças na paisagem urbana da cidade pode ser notada nas passagens de alguns periódicos da época. Outra prova desse processo foi o crescimento do setor comercial nas áreas centrais da cidade.

Segundo Valéria Valadão (1997), a partir de 1911, surgiu como reflexo da riqueza gerada pelo café um número significativo de imigrantes para trabalhar, menos nas lavouras e mais nas atividades comerciais e industriais da cidade. No Almanach Ilustrado

de Ribeirão Preto, de 1913, existem referências a vários estabelecimentos oriundos da presença imigrante: Charutos Stender, Casa Brancato, A Notre Dame de Paris, Au Bon Marché, Casa Tavares, Drogaria e Pharmacia Italiana Pelosi, Diederichsen & Hibbeln, Antártica, Casa Selles, entre outras.

Foi nesta aura de transformações que, em 1913, Antônio Soares Romêo, com competência técnica, assumiu o cargo de chefe da Diretoria de Obras de Ribeirão Preto, segundo proposta de Macedo Bittencourt, respondendo diretamente aos interesses da administração, do prefeito e em cadeia do Partido Republicano Paulista.

Como chefe da Diretoria de Obras Antônio Soares Romêo foi a resposta para as necessidades técnicas que a pretensão civilizatória exigia. Entre suas intervenções incluíram-se o calçamento de paralelepípedo nas ruas centrais, a canalização do córrego e o embelezamento da Avenida Jerônimo Gonçalves (1913-18), melhorias do matadouro local, projetos de praças, como a Praça Antônio Honório, projetos de água e esgoto, a estação da Metalúrgica Cia., o alinhamento de ruas e praças, a construção de boulevares e de um coreto na Praça XV de novembro em 1913 e a construção do Paço Municipal, atual Prefeitura Municipal.

Representando os anseios da elite cafeeira, ansiosa pela introdução de novas experiências e paisagens urbanas, Soares Romêo e tantos outros administradores, dinamizavam a petit Paris com benefícios modernos, como água, luz, praças e igrejas, à medida em que o café expandia seus limites geográficos.

Segundo o arquivo de plantas e edificações do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Antônio Soares Romêo também atuou como engenheiro civil, deixando uma importante obra realizada em projetos particulares que resultam hoje em patrimônio histórico da cidade de Ribeirão Preto.

Entre as obras particulares estão a reforma do prédio da CIA Antártica Paulista, a residência do Coronel José Martimiano da Silva, a edificação do Hotel Brasil. Soma-se ainda a residência

de Daniel Kujfiski, uma reforma do prédio do Banco Construtor, a residência do futuro prefeito e cunhado Joaquim Camilo de Mattos (1929-1930).

No período áureo da economia cafeeira, o centro da cidade começava a ser ocupado crescentemente pelo comércio e por residências. Na medida em que se enriqueciam, os moradores de bairros distantes, como o Barracão, dirigiam-se rapidamente para as ruas centrais e transformavam a própria moradia em dois compartimentos, casa e estabelecimento comercial.

O aumento desse tipo de residência no centro da cidade levou o então prefeito Macedo Bittencourt a cobrar altos impostos comerciais e imobiliários, que assumiam a função receituária da municipalidade nos momentos instáveis do café. Com essa receita, mais os acúmulos da produção cafeeira, foi possível a construção do Palácio Rio Branco em 1917, prédio da Prefeitura de Ribeirão Preto.

O dinheiro e o lucro da cafeicultura eram os responsáveis pelo avanço urbano de Ribeirão Preto. No ano de 1918, aconteceram crises de instabilidade cafeeira, porém estes obstáculos, como a guerra na Europa, a epidemia da gripe espanhola, uma grande geada que causou um prejuízo de 30% das lavouras de café, não foram capazes de arruinar a economia local que acaba sendo controlada pelas fortunas dos cafeicultores. Somente a Queda da Bolsa de Nova York, em 1929, e a conseqüente desvalorização do café fizeram com que estas fortunas não mais garantissem a estabilidade econômica do município.

GUERRA EUROPEIA – Da ata de 16.04.1917 – O Dr. Veiga Miranda a referente moção que vae a mesa e é lida pelo senhor Secretário: “A Camara Municipal de Ribeirão Preto, considerando a gravidade do actual momento político internacional, em que o Brasil se viu forçado a reagir altivamente contra os bárbaros processos de guerra, rompendo as suas relações com a Allemanha e dipondo-se a todas as emergências decorrentes dessa desassomburada attitude, não pode deixar de manifestar o seu apoio e solidariedade aos altos

poderes da Republica, no que, alias, não faz mais do que interpretar os sentimentos de toda a população deste município”.

A GRIPE ESPANHOLA – Da ata de 26.10.1918 – “Continuando com a palavra o mesmo vereador (Dr. Macedo Bittencourt, Prefeito) trouxe ao conhecimento da Camara as medidas que por si e juntamente com o Dr. Delegado de Saúde, tem tomado, providenciando desde já para a hypothese muito provável de ser o nosso município atingido pela epidemia reinante no Rio de Janeiro e São Paulo sendo certo que a gripe embora com caracter muito benigno já existe na cidade; que assim havia consultado as pharmácias sobre se dispunham dos medicamentos necessários ao tratamento da população e obtendo resposta de que esses medicamento ellas os possuíam para o serviço normal, telegraphara ao Governo solicitando providencias urgentes; que já contractara o aluguel de um prédio para a installação de um hospital, caso venha haver necessidade disso e ainda hoje acabava de receber um offerecimento do dr. Theodomiro Uchoa pondo a disposição da camara, dois de seus prédios nesta cidade para a installação de pontos de socorros médicos: que se a epidemia da gripe se desenvolver neste município com a mesma virulência com que lastra no Rio de Janeiro ou mesmo com a intensidade com que atacou os municípios medidas promptas em favor não só das classes desprotegidas mas também de toda a população; que todavia, em se tratando da verdadeira calamidade publica é de se esperar toda a solicitude por parte do Governo do Estado em vir em auxilio deste município no caso de ser elle assim tão tristemente flagellado, mas sendo possível que por se alastrar a epidemia em todo o Estado não possa o Governo tomar immediatas providencias era prudente que o municipio se fosse aparelhando para enfrentar aquella situação e concluiu o mesmo verador pdendo a Camara recursos e que esta por seu presidente telegraphasse ao Presidente do Estado, solicitando a remessa de medicamentos de creação de um hospital para o tratamento de indigentes atacados de gripe.”

Da ata de 15.07.1918 – “INDICAÇÃO. Considerando que a geada formada em todo o território do Estado nos dias 25, 26

e 27 de junho ultimo acarreou a lavoura cafeeira deste município incalculáveis prejuízos, inutilizando grande parte da lavoura sendo que o prejuízo em cafeeiros é avaliado pelos mais optimistas em 30%; considerando que esse verdadeiro cataclisma abalou profundamente a fortuna pública e particular intimamente ligadas no Estado de São Paulo a boa ou má sorte da lavoura de café; considerando mais que, sendo o pagamento do imposto de cafeeiros segundo a lei orgânica da municipalidade, lançado e cobrado sobre as plantas que se encontram em franca procução ficará paralyzada pelo menos por dois annos; considerando que, aos poderes públicos compete, tanto quanto possível na alçada de suas attribuições, e de accordo com as leis que regem a matéria providenciarem no sentido de serem pelo menos suavizados os encargos e ônus que pesam sobre a classe mais importante e laboriosa do Estado.

Observando o mercado imobiliário de Ribeirão Preto enquanto Antônio Soares Romêo era o responsável pela Repartição de Obras é possível notar que nos annos de 1918 a 1920 houve queda nos pedidos de aprovação para a construção de obras na cidade.

Assim é possível perceber que o anno de 1918 (com os três “gs” já mencionados: gripe, guerra e geada) influenciou a economia municipal, mas logo após dois annos a estabilidade e o crescimento urbano prosseguiram.

Para além das instabilidades da economia cafeeira, a crescente população de imigrantes causou problemas para a urbe durante os annos que Antônio Soares Romêo chefiou a Repartição de Obras.

A elevação de Ribeirão Preto à condição de cidade atraiu uma massa de imigrantes europeus, não apenas para o trabalho nas lavouras de café, mas também para a occupação crescente das áreas urbanas, o que serviu como forma de angariar verbas para a municipalidade, através da cobrança de altos impostos da população residente no centro e áreas adjacentes. Ademais, os estrangeiros europeus introduziram na cidade novos costumes, hábitos,

e uma nova maneira de pensar, com novas referências culturais. Estes ainda trabalharam maciçamente na construção. Porém, a chegada maciça destes estrangeiros, exigiu da municipalidade uma infraestrutura que ainda não existente na cidade. Para absorver essa população crescente e desordenada foi necessário adaptações, principalmente na área central da cidade, local onde a elite residia.

As cidades paulistas em geral revelaram engenheiros, arquitetos, mestre-de-obras, pedreiros, marceneiros, carpinteiros, pintores, todos das mais variadas origens e conhecimentos, surgindo assim não um novo estilo, mas vários.

Visto esta chegada e os povos que usufruíam da cidade, embora o projeto de modernização fosse uma pretensão da elite, a cidade presenciava um considerável aumento da população que, atraída pelo eldorado cafeeiro, passava a ocupar os espaços centrais criados pelos e para os coronéis (área formada pela atual Praça XV de Novembro), e exigindo da municipalidade a introdução dos novos signos do mundo moderno, como sistemas de água e esgotos, asfaltamento, arruamentos e iluminação pública, sendo assim, Antônio Soares Romêo têm fundamental importância no desenvolvimento da cidade e na aplicabilidade dos Códigos de Postura, uma vez que era responsável pelo funcionamento da Diretoria de Obras, bem como pela função de engenheiro municipal.

Além das intervenções urbanísticas e arquitetônicas, este “ar francês” era encontrado nos hábitos e costumes, como se ele fosse o símbolo do processo civilizatório. Como já afirmou Norbert Elias, foi comum na história o constante moldar e disciplinar de hábitos e comportamentos desde as primeiras regras de atitude e etiquetas, até a normatização e coerção que garantem o controle do Estado e do poder (ELIAS, 1994).

Durante o período de sua atuação, Antônio Soares Romêo dedicou-se muito aos melhoramentos da cidade de Ribeirão Preto, sendo que, no período de sua chefia, foram assinados por ele cerca de mil e quinhentos vistos técnicos dentro da diretoria

de obras, e realizadas cerca de cinquenta e seis construções, assinadas como engenheiro civil, como consta nas documentações de aprovações de plantas da Diretoria de Obras do período, hoje guardadas pelo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Para administrar as obras e embelezar a cidade de Ribeirão Preto, Antônio Soares Romêo se apropriou dos modelos de civilização, progresso e transformação urbanas em voga nas grandes cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, e nas duas metrópoles mundiais, Paris e Londres fin-de-siècle. O ecletismo entra em cena como o estilo a ser alcançado.

Diferentemente de Salvador, Belém, Pernambuco e Rio de Janeiro que receberam discípulos da Missão Francesa que trouxeram para o Brasil o estilo neoclássico, marca registrada do nosso Império, São Paulo não conheceu, antes da fundação da Escola Politécnica de São Paulo, grandes nomes da arquitetura. No entanto, a cultura cafeeira altera esse quadro. O interessante é notar que, ao contrário do Rio de Janeiro e/ou de Paris onde os arquitetos eram formados pelos Institutos de Belas Artes, em São Paulo a arquitetura era uma especialidade da engenharia. Destaca-se, por exemplo, a importância das disciplinas de arquitetura nos cursos de Engenharia Civil.

São Paulo deve a formação desta elite técnica racionalista à Escola Politécnica. Muitos de seus alunos, assim como Antônio Soares Romêo, buscaram o conhecimento técnico exigido por essa pretensão de modernização na instituição politécnica e de lá partiram para por em prática aquilo que lhes fora ensinado.

A própria criação e o desenvolvimento da Escola Politécnica de São Paulo mostram a grande demanda de conhecimentos técnicos e tecnológicos, tendo em vista a expansão cafeeira, a acumulação de capital e as indústrias que começavam a se instalar na região.

As funções sociais desempenhadas por técnicos e engenheiros no complexo cafeeiro paulista adquiriram importância e foram ampliadas na medida em que a cultura do café se expandia. A

crescente do café e sua economia agroexportadora fez com que ocorresse o surgimento de vários nichos urbanos, dentre os quais Ribeirão Preto, ligados diretamente ou indiretamente ao café, bem como instalações de ferrovias agilizando o transporte e o escoamento da produção; sem contar a onda migratória europeia que, conforme já mencionado, influenciou diretamente na urbanização e na formação de culturas destes nichos urbanos.

Todas essas mudanças justificam a organização de uma Instituição pública de ensino técnico e tecnológico no estado de São Paulo. Inovações como a energia elétrica, o desenvolvimento de motores de combustão nos transportes, o aço e o ferro, melhores tanto na qualidade quanto na quantidade, os avanços da química no setor têxtil, os estudos de eletromagnetismo – rádio – possibilitaram, desenvolveram e aperfeiçoaram técnicas de alta complexidade.

...Com investimentos significativos em educação e pesquisa, os norte americanos e os alemães, conseguiram criar eficientemente infra-estrutura para a atividade industrial construída para extensa rede de universidades e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento ... os dois países começaram a ameaçar a hegemonia inglesa. Assim a produção industrial norte americana, que detinha o quinto lugar em 1840, assumia em 1860 a quarta posição, para finalmente conseguir o primeiro lugar em 1894, superando a Inglaterra com o dobro da sua produção... (MOTOYAMA, p. 37).

Bertrand Gille acredita na valorização da engenharia como pré-requisito para impulsionar avanços nas técnicas modernas, no contexto internacional entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. No Brasil, em um projeto de modernização e usufruto de benesses proporcionadas pelo conforto material, os paulistas enriquecidos com o café incentivaram os estabelecimento de escolas técnicas e de engenharia em São Paulo com o intuito de facilitar a manutenção e o aprimoramento de elementos como a urbanização das cidades, as ferro-

vias, a eficiência das técnicas agrícolas, o uso constante de maquinário de beneficiamento do café, fertilidade do solo etc.

As mudanças do cenário urbano, enriquecido pela cafeicultura com novos edifícios públicos e particulares, ampliavam automaticamente o mercado de trabalho paulista para uma elite técnica²², especificamente para os engenheiros formados na Escola Politécnica.

22 - “Adotamos como conceituação de elites técnicas e constituição de um grupo de profissionais, recrutados pelo Estado segundo um procedimento definido, mantidos como corpo organizado para alcançar fins determinados e possuidores de uma formação específica cujo conteúdo é delimitado com alguma precisão no conjunto do conhecimento humano” DIAS, José Luciano de Mattos. Engenheiros: profissão e elite técnica. In. GOMES. Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas. p. 13.

5 - Considerações sobre a “visão do habitar” da elite ribeirãopretana

As visões do habitar em Ribeirão Preto nas décadas de 1910 e 1920 foram marcadas pela ambição de progresso de elites voltadas para a civilização nos moldes europeus, conforme já discutimos nos capítulos anteriores. Visões de civilização agregadas às concepções de modernidade apareceram, no discurso e no fazer histórico, como inspiradas na Europa, mesmo que nem todos os novos utensílios e equipamentos fossem de lá importados. Também já demonstramos como, nas visões de mundo dessas pessoas, a civilidade se associou aos hábitos de higiene pessoal, do como vestir-se, das transformações do espaço doméstico, dos espaços públicos; quase tudo o que fugisse desse ideal de civilidade era motivo de negação e preconceito.

Com a chegada da ferrovia se intensificaram as importações, para além exportação do café. O consumo e os bens industrializados chegavam mais facilmente através dos trilhos até o interior do estado de São Paulo.

No que se referem ao habitar, estas importações, facilitadas pela ferrovia, trouxeram inovações para os utensílios domésticos. Sobre a chegada desses novos equipamentos, Maria Cecília Naclério Homem, no texto intitulado O Palacete Paulistano, escreveu:

Em matéria de utensílio doméstico, os fogões de ferro de muitas bocas substituíram os fogões caipiras. Eram os

chamados “fogões econômicos”, norte americanos. Gastavam menos lenha e possuíam chama mais duradoura, sendo equipados com serpentinas. O fogão econômico trouxe consigo a bateria de ferro, que substituiu a de barro. Os muinho de café aliviaram o uso do pilão. Chegaram leiteiras e cafeteiras de cobre, maquinas de costura, batedeiras de ovos e de manteiga, maquinas de fazer sorvete e de moer carne e tabuas de bife. Surgiram os picadores de carne, espanadores, escovas, ratoeiras, baldes par toilette, oleados e malas de viagem. O uso das banheiras foi outra grande novidade, tendo sido instaladas em dormitórios ou nos quartos de banho construídos nos quintais. Apareceram as primeiras rodas de borracha para os carro de tração animal. Moveis estofados e dourados franceses para a sala de visitas e moveis ingleses para a biblioteca e escritórios substituíram os moveis tradicionais. Guarda-roupas, criados mudos, escrivaninhas, toilettes com tampos de mármore, penicos e escarradeiras invadiram os quartos e as salas. Multiplicaram-se as cortinas, os estofados, tapetes, vidros, cristais, porcelanas, espelho, quadros, retratos, molduras, lareiras, pratos e bronzes (HOMEM, 1996).

A cidade, local em que queria residir esta população civilizada, era o lugar dos negócios, das disputas políticas e das decisões econômicas. Para que o espaço da cidade fosse representante direto dessa imagem que buscava as elites foram necessárias varias intervenções, entre elas o sistema de iluminação pública, de água, de esgoto, o calçamento das vias etc. Importante salientar que apesar dessa elite obter uma lucratividade baseada na economia agrária, viviam na cidade e não no campo, visto que a cidade era o local que facilitava os negócios do café, pois, era nela que estavam os bancos, as agencias financiadoras, os comércios de equipamentos e a cultura e lazer em geral.

Para compatibilizar-se com a modernidade, a construção civil vivenciou transformações quanto aos métodos de construção. Os tijolos e a alvenaria substituíram outros métodos, como a construção de taipa. Outros materiais como mármore, gesso, cal,

telhas francesas e cimento apareceram junto com o crescimento das edificações.

A cidade de Ribeirão Preto refletiu durante o período de modernização os códigos da burguesia e de uma sociedade europeizada no interior de São Paulo. Para que a cidade fosse uma imagem concreta, e não somente utopia de seus administradores, a mão de obra da construção civil foi fundamental.

Chamou-nos a atenção a multiplicidade das tradições daquelas que executavam as obras destinadas ao projeto de modernização.

Já abordamos, nos capítulos anteriores, os múltiplos elementos que compuseram a formação de Antonio Soares Romêo. Ele havia convivido com a exaltação do Império na infância em Lorena, com a formação científica, positivista e empírica da politécnica, aprendeu cuidados com a aparência das construções nas apresentações de plantas como Ramos de Azevedo.

Na opinião de arquitetos como Ramos de Azevedo o espaço é visto como forma de expressão que informa o homem, de forma consciente ou não, e o torna detentor de sentidos passíveis de formalização para a operação do espaço. Para a arquitetura, um elemento fundamental na organização do espaço é a estética e a arte:

(...) um arquiteto distanciado dos problemas de Estética é um manco das duas pernas, e a obra por ele proposta, ainda que pare em pé, vale tanto quanto aquela que desaba, mal-se tira a ultima escora: nada (...) (COELHO NETO, 1979).

Pensando em Antonio Soares Romêo, podemos afirmar que às influências da infância e às visões de Ramos de Azevedo somou-se a formação do engenheiro civil, extremamente voltada para a praticidade e utilidade das construções, com planejamentos que propiciassem progresso e incorporassem as benesses do novo.

Antônio Soares Romêo vinha da formação da Politécnica de

São Paulo, mas os cafeicultores que financiavam os empreendimentos tinham contato mais estreito com a Paris de Haussmann e se encantavam com a aparência da Avenida central do Rio de Janeiro, projeto de Pereira Passos.

As formas como os cafeicultores ribeirãopretanos viam a modernidade e a desejavam marcou profundamente os projetos de Antonio Soares Romêo.

As possibilidades de produção material e organização do espaço, incluindo questões de engenharia e arquitetura, dependem diretamente da ideologia que orienta o grupo social que ali se insere.

(...) Aliás, aquilo que se denomina sob o conceito de ideologia só adquire realmente uma plena materialidade ao intervir no espaço social, isto é, ao intervir no espaço existente ou ao criar um espaço específico. É possível mesmo indagar se as questões da manipulação e ocupação do espaço, e uma breve análise da história dos grupos sociais revelaria que se os conflitos ideológicos não se resumem apenas no conflito pelo espaço (exclusão de pessoas de um dado espaço segregação nem determinado espaço, reservar certos espaços para tais e tais classes, afasta-las ou reuni-las conforme o caso, privar de espaços, etc) ela é, no fundo, essencialmente isso (...) (COELHO NETO, 1979).

A representação que os homens fazem de si mesmos, da realidade que os cercam, marcadas pelas projeções e desejos do futuro, do vir a ser, e do que, de certa forma, querem impor aos outros necessariamente se refletem na organização do espaço, da materialidade das urbes. A compreensão e a formulação do espaço, público e privado, na arquitetura e na urbanística, não se limitam à determinação das formas, à disposição das coisas, mas relacionam-se com as representações sociais, com a economia política da sociedade, entendida enquanto produção, distribuição, troca e consumo.

Se a crença daqueles que orientam a produção do espaço afeta a materialidade das construções, não podemos deixar de afirmar que o trabalho de Antonio Soares Romêo foi marcado pelas concepções dos cafeicultores ribeirãopretanos, já que os mesmos financiaram a urbanização do referido município no período desta pesquisa. Tais cafeicultores inspiravam-se na modernidade anunciada pela capital francesa na formulação do que desejavam para Ribeirão Preto.

No segundo capítulo já informamos como a Paris de Haussmann se transformou nas “cidades dos burgos” para a “urbe moderna”, fazendo jus à fama de cidade luz também para modelos de engenharia e arquitetura. Nesse processo, como se tratava de reformar o já feito e não do construir do nada, o resultado das transformações dos engenheiros de Haussmann não obedeceu a nenhum estilo. Marcada por permanências e mudanças, a Paris da modernidade virou exemplo de ecletismo. Ecletismo, aliás, que bem serve para a compreensão das intenções em Ribeirão Preto, quando do desenvolvimento do município. Falamos em “intenções ecléticas” para abarcar as múltiplas influências do engenheiro Antonio Soares Romêo, o querer imitar Paris dos cafeicultores e a mão-de-obra disponível para as construções.

Os fazendeiros, cafeicultores de Ribeirão Preto admiravam a aparência e ansiavam pelo acesso aos bens de consumo que a dita modernidade francesa parecia facilitar, mas pouco ou nada compreendiam das técnicas necessárias para fazê-la. Assim, nos parece que entre o técnico Antonio Soares Romêo e o cafeicultor havia significativo espaço de estranhamento, mais ou menos como a diferença entre a modernização e o embelezamento. Soma-se ainda o fato de que o profissional planejava as construções, mas não as executava. A mão de obra especializada para a construção civil era oriunda quase que exclusivamente da Itália, pessoas também conhecidas como capomaestres. Ora, num momento de múltiplas mudanças, a capacidade produtiva superava a de vigilância. O resultado foi anseios ecléticos de embelezamento franceses por parte dos financiadores/cafeicultores, mate-

realizado em planejamentos progressistas/utilitaristas dos técnicos e execução neoclássica italiana (presente nas fachadas).

Coerente com esta complexidade, o estilo eclético enquadra-se perfeitamente na imagem da modernidade que Marshall Bermann constrói no livro “Tudo que é solido desmancha no ar: Aventura da Modernidade”. Para esse autor, a modernidade é uma constante fluidez de valores, é o sentir-se em casa em meio a um redemoinho, é a perplexidade diante de turbilhões de sentimentos e fatos. E à isso o ecletismo se converge com primor.

Segundo Carlos Lemos:

Um estado de espírito. Sim, o Ecletismo teria surgido de um estado de espírito sempre olvidado pela maioria dos historiadores muito atentos às formas tangíveis, aos produtos finais, às expressões estilísticas. Esse Ecletismo que assim vemos pressupõe coletividade imbuída de uma libertação romântica que todas as vezes acaba traíndo a Razão. O Ecletismo é uma questão de firmação personalista de cada um na multidão. O Ecletismo, então, seria a somatória das criações individuais, cada qual com sua explicação. Ecletismo é a linguagem eufórica da liberdade calcada na nova tecnologia. Só o Ecletismo resolveria coerentemente os novos programas arquitetônicos. Varias frases assim soltas e algo desconexas nos ocorrem quando estamos agora a pensar com insistência nesse aspecto psíquico – social que ocorre na definição daquilo que se convencionou chamar de Ecletismo (LEMOS, 1999).

Luciano Patetta, arquiteto e professor de História da Arquitetura na Faculdade de Milão, acredita que o Ecletismo era a cultura própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso, as novidades, especialmente quando estas melhoravam sua condição de vida. Ainda segundo o autor, os técnicos profissionais que aplicavam na prática as regras deste “novo” a ser alcançado muitas vezes copiavam monumentos antigos e se preocupavam tanto em corrigir os erros e anular as

irregularidades que acabavam realizando obras completamente diferentes do modelo original e, por conseqüência, criavam um novo estilo (PATETTA, 1987).

Representante direto do estilo eclético, o Palácio Rio Branco, construído em 1917 para ser a nova sede da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, se caracterizou pela suntuosidade de sua fachada, seu luxo e sua funcionalidade interna. Através de suas mansardas - telhado formado por águas quebradas, com duas inclinações, sendo a inclinação inferior quase vertical e a superior quase horizontal - pudemos perceber a aproximação, mesmo que parcial, com os projetos arquitetônicos do Palácio Campos Elíseos em São Paulo (baseado na Ópera Garnier parisiense), e o Hôtel-de-Ville de Paris, ambos destinados para os governos dos respectivos municípios.

Como expôs Carlos Lemos, o ecletismo é uma questão de afirmação do indivíduo, de cada um na multidão. É a somatória das produções arquitetônicas aparecidas a partir do primeiro quartel do século XIX, que associou-se ao Neoclássico histórico surgido, por sua vez, como uma reação ao barroco.

A abastança do café chegou à província de São Paulo somente depois que o mesmo suplantou a cana no antigo quadrilátero paulista. Em 1867 foi construída a estrada de ferro pelos ingleses na cidade de Santos. A partir de 1871, o município passou a ser o principal porto da região e mandava para São Paulo, pelos trilhos da ferrovia, as “novidades do mundo” (LEMOS, 1987).

A capacidade de mobilidades de “gentes e coisas” da ferrovia fazia das regiões que percorria terreno fértil para o Ecletismo, sinônimo do progresso e linguagem do poder econômico.

Carlos Lemos chama a atenção para a importância da compreensão de que o fazendeiro do café é diferente do latifundiário do açúcar que vive dentro do mundo rural; o cafeicultor é um viajante e não abdica das funções urbanas, é político, e ao mesmo tempo banqueiro, jornalista, magistrado, traz a estrada de ferro e é a partir daí que o Estado se desenvolve. Com a ferrovia, chegaram à região imigrantes dos mais variados lugares, com diversas

formações, desde os mais ignorantes até pessoas de alta qualificação (FRABRIS, 1987)

A materialização de um ecletismo sui generes urbano somente foi possível em Ribeirão Preto porque esse município tem características peculiares em relação a várias outras cidades do complexo cafeeiro. Algumas delas são de origem bem mais remota, complexos urbanos que mantiveram características conservadoras, de cultura política que não permitia as pessoas recém chegadas uma rápida ascensão social.

Para a compreensão das obras realizadas por Antônio Soares Romêo em Ribeirão Preto, é necessário um aprofundamento nas especificidades locais das intenções de civilidade. A cidade de Ribeirão Preto esboçou um estilo arquitetônico sui-generes baseado no ecletismo europeu.

Como observado no segundo capítulo, os produtores de café da cidade de Ribeirão Preto que dominavam a política e a administração do município tinham um laço estreito com as cidades da Europa, sobretudo com Paris, a capital eclética de Hausmann.

Ao pensarmos no ecletismo, como proposta de estilo arquitetônico, deparamo-nos com a problemática das suas múltiplas possibilidades, e conseqüentemente surgem questões que nos instigam: O que é eclético? E o que foi o eclético para Ribeirão Preto

A resposta parece simples quando pensamos nos vários “néos”: o neogótico; o neocolonial; o neoclássico; o neorenascentista, e também nos “arts”: *o art nouveau*; *o art déco*; *o art’s and grafts*. No entanto, cada um desses conceitos carrega suas especificidades. Sendo assim, o ecletismo, a mistura desses vários conceitos, torna-se mais complexo e, por conseqüência, instigante.

O ecletismo, somatória de diferentes conceitos arquitetônicos, surgiu na Europa em reação ao estilo barroco. A ideia era combater os exageros da decoração pesada do barroco; para isso usou o neoclássico histórico que defendia a volta dos clássicos da arquitetura, como a romana, a grega e o gótico francês.

Percebemos que no caso da cidade de Ribeirão Preto o ecletis-

mo não foi usado por motivos como o europeu, de renovação de estilo, mas sim como apropriação de cultura estrangeira. Não existia, nos primórdios da cidade de Ribeirão Preto, absolutamente nada de obra barroca, a intenção do eclético aqui apareceu como ideia daquilo que era civilização. O ecletismo das terras do café surgiu não em reação a um estilo pré-existente, mas pela falta de estilo, visto a precariedade das primeiras construções do município.

Era próprio do estilo eclético, fosse na Europa ou no Brasil, o neogótico francês e neoclássico romano, duas tendências aceitas concomitantemente. E se tratando de ecletismo, para além do neogótico e o neoclássicos, os vários outros “néos” também apareceram,

(sobre o ecletismo) Até podemos dizer: seria a liberdade ou a licença de criar, de recriar, ou combinar formas, de misturar ornamentações próprias de estilos definidos regionalmente pela Europa afora. Nesta hora explicar o Ecletismo é buscar a miscelânea (LEMOS, 1987).

Percebe-se, no entanto, que “a mistura”, no caso do município de Ribeirão Preto, foi além dos estilos arquitetônicos. A miscelânea de interesses e “saber fazer” das várias dimensões desta sociedade se estampou nos prédios da cidade.

A arquitetura em Ribeirão Preto passou por um salto qualitativo que, na realidade, recebeu interpretações e reinterpretações dos atores sociais. As novidades arquitetônicas que mudaram a estética da cidade surgiram tanto na classe alta, com seus interesses ostentatórios, quanto na classe técnica, no caso Antônio Soares Romêo, e ainda foi influenciada pela cultura dos imigrantes que, na ânsia do dinheiro que o café proporcionava, fixaram-se na região produtora e ali espalharam suas tradições e seus conhecimentos, principalmente na construção civil.

Os estrangeiros que possuíam experiências em trabalhos da construção várias vezes conseguiam licenças para desenvolvê-

los em Ribeirão Preto: eram os “arquitetos licenciados”. A maioria dessas pessoas que assinavam obras como licenciados eram italianos. Em Ribeirão Preto, entre os nomes mais frequentes encontrados nas plantas da Diretoria de Obras estavam Celso Bombonatti, Vicente Zanoro, Paschoal Vicenzo, Vicente Zennaro, Vicente Lo Giudice, Antônio Terreri, Ernesto Terreri, Aristides Finotti, Antônio Columbaretti, José Dompietro, Pedro Giroto, todos italianos, os “capomaestres”.

Estes italianos traziam consigo as lembranças daquilo que sabiam fazer na Itália, colocaram a sua força de trabalho a disposição dos cafeicultores que tinham uma intenção afrancesada e de técnicos, que com posturas positivistas programaram a higiene e civilidade. Era o ecletismo. A mistura completa de estilos, com várias propostas e várias necessidades em um só lugar. Estas intenções se entrelaçaram e acabaram por inventar um estilo eclético *sui generes*, com as especificidades locais e revelador das condições sociais desse período cafeeiro nesta região.

6 - O Engenheiro Civil: obras particulares

Antônio Soares Romêo, durante o período de 1913 a 1923, assinou como engenheiro civil obras particulares que, ainda hoje, são consideradas exemplos de patrimônio arquitetural do município de Ribeirão Preto.

Na documentação da Diretoria de Obras, sub-grupo Obras Particulares, que atualmente é preservada pelo Arquivo Histórico de Ribeirão Preto, pesquisamos todas as plantas existentes no arquivo, aprovadas para edificação durante os referidos anos. Com esse esforço pudemos encontrar aquelas de responsabilidade de Antônio Soares Romêo como engenheiro civil, contratado particularmente para desenvolver projetos de edificações.

Durante os anos de 1913 até 1923 encontramos 56 projetos assinados por Antônio Soares Romêo.

Observando a evolução arquitetônica da cidade de Ribeirão Preto, dos seus primórdios até o trabalho realizado pelo aqui biografado, percebemos as intenções da municipalidade e o caminho que a proposta de trabalho deste engenheiro percorreu na busca do “ideal eclético”.

Nas plantas particulares, a mistura eclética abarca as intenções do engenheiro e o querer do proprietário que o contratou. Muitas vezes, estas vontades pessoais distorciam o ecletismo. Este fato pôde ser observado pelas intenções de “ser” Paris dos cafeicultores, donos do dinheiro, que plagiavam a arquitetura eclética europeia, descaracterizando o real motivo do surgimento eclético europeu, ao mesmo tempo em que a classe intermediária ribeirão-pretana, a exemplo dos comerciantes, se apropriava daquilo que

a elite já tinha distorcido. Tudo isso resultou até mesmo na falta de senso de estética das construções, que acabaram por ser imitações reduzidas de modelos distorcidos europeus, mas que desejavam manter aparências de civilidade.

Ribeirão Preto, por não possuir um passado colonial, desde a sua fundação já possuía construções com estilo imperial.

No entanto, alguns exemplares de arquitetura da cidade demonstram que a ornamentação das primeiras casas praticamente não existia, mesmo sendo as mesmas propriedades de famílias tradicionais da localidade. Um exemplo claro disso é a casa que foi de propriedade de Francisco Junqueira e que nada tinha de eclétismo. Depois da onda de modernidade que atingiu a cidade, a família Junqueira se mudou para um edifício com padrões ecléticos, como condizia à elite.

Pelas concepções de Carlos Lemos, a primeira casa dos Junqueira está inserida no contexto das primeiras edificações que abandonam o colonial pelos desejos de modernização vindos com a Corte, no entanto, esta estrutura não se diferencia muito da antiga casa colonial. O autor descreve esse tipo de construção da seguinte maneira:

...a planta típica da casa térrea, casa assoalhada, de corredor central e, para cada lado desse eixo simetria, as salas de receber na frente da construção. Atrás a varanda ocupando toda a largura do terreno (...) vê-se que este partido não passa de uma versão modernizada ou sùmula final das plantas coloniais porque ainda sujeito às limitações do sistema construtivo, telhado só de duas águas, despejando a chuva escorrida para os fundos e para a rua. Nada de terrenos recortados, de águas furtadas e calhas escondidas em interseções reentrantes de plantas de cobertura. Cumeeiras sempre paralelas aos alinhamentos. Janelas, só nas paredes externas (...) nas fachadas, as molduras tímidas, as pilastras pouco salientes (...) eram também o máximo que a rude técnica construtiva e o pobre repertório de materiais disponíveis permitiam.

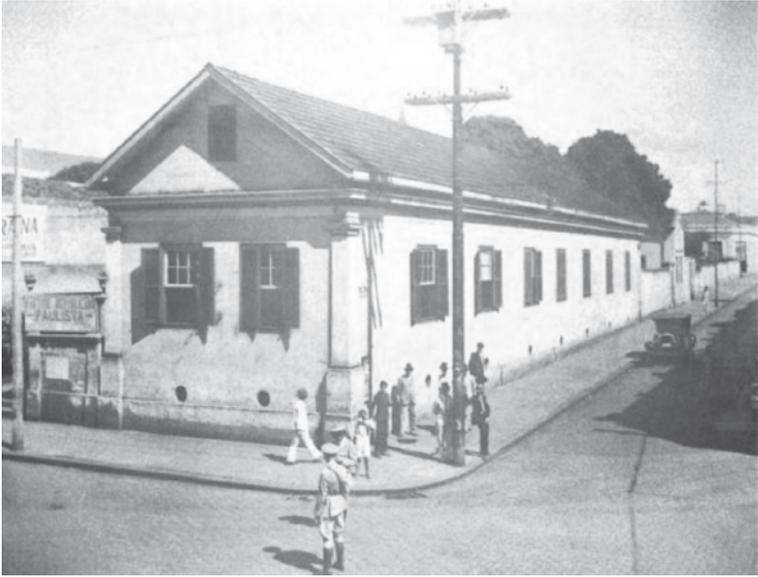


Figura 04 – Primeira residência do Cel. Quinzinho da Cunha, onde hoje se encontra o prédio Diederichsen, foto s.d. Fonte: Ribeirão Preto, Memória Fotográfica. Ed. Colégio, Ribeirão Preto, 1985, p. 59.

As primeiras práticas arquitetônicas ribeirãopretanas eram realizadas por pessoas sem a formação específica de engenheiros graduados. Construções com os projetos mais bem definidos só apareceram na cidade no último quartel do século XIX. Portanto, a cidade não conheceu o estilo neoclássico difundido pela Missão Francesa trazida pela Corte e ensinado na Academia de Belas Artes aos arquitetos do Rio de Janeiro, este estilo de construção chegou à Ribeirão Preto somente por reflexos da capital de São Paulo, do Vale do Paraíba e da região do Bananal.

O neoclássico que se apresentou na cidade de Ribeirão Preto (e que começou antes do esforço de modernidade) foi trazido pelo imigrante italiano, principalmente aqueles que se envolveram na construção civil, os “capomaestres”, ou mestre de obras.

Exemplares desta produção podem ser vistos na localidade

com características da arquitetura neoclássica, como a clareza construtiva, paredes de tijolos, revestidos e pintados com cores claras, corpo de entrada saliente, com escadarias, colunatas e frontões, o interior bem decorado e o exterior sempre resgatando obras clássicas. Um exemplar deste estilo na cidade de Ribeirão Preto é o Teatro Carlos Gomes, financiado pelo “Rei do Café” Francisco Schimith e inaugurado em 1897. Chamou-nos a atenção a data de construção do Teatro, considerando que o Teatro Municipal de São Paulo seria construído anos mais tarde. Mesmo assim, o interior teve, antes da capital, obra de tamanha envergadura (Figura 05).



Figura 05 – Fachada principal do Teatro Carlos Gomes, obra de Ramos de Azevedo, patrocinada por Francisco Schimith o “Rei do Café”, foto s.d. Fonte: Ribeirão Preto: O passado manda lembranças, Volume II, pag. 25.

As novidades, trazidas com o “saber fazer” do estrangeiro, fizeram parte do cotidiano ribeirãopretano. Algumas técnicas, inovadoras da construção civil, chegaram à cidade pelas mãos dos recém-chegados, mas o viver desses estrangeiros, de um

modo geral, foi definido pela mistura daquilo que era novidade segundo a expectativa do povo hospedeiro. Com o tempo o neoclássico se afirmaria enquanto eclético e se misturaria a outras tendências. Ali haviam necessidades múltiplas: as do cafeicultor, do aventureiro que se instalou na cidade em busca de dinheiro, do italiano, do alemão, da elite, do comerciante, do político, das crianças, dos velhos, enfim, tudo interferindo e edificando o espaço, daí uma cidade impar.

O “novo saber” dos capomaestres fez parte dos costumes e dos métodos de construção na cidade. O neoclássico desses profissionais apareceu no campo da construção civil e fez escola nos “modos do fazer” as construções da cidade. No momento em que Antônio Soares Romêo chegou a Ribeirão Preto, as intenções de ordenamento das edificações e os “novos métodos” de construção que nosso biografado trouxera tiveram que se adaptar a mão de obra italiana já existente no município.

O saber dos capomaestre somado ao trabalho do politécnico Antônio Soares Romêo, que buscava o novo, exigiu vários materiais que o mercado fornecedor local não podia oferecer naquele período. Eis a explicação das sucessivas importações.

grande parte dos materiais ditos de acabamento foi durante muitos e muitos anos importada, como vidros, lisos, lapidados, fosqueados, coloridos ou espelhados; como os vitrais das igrejas e palacetes; como as ferragens em geral, chapas de cobre para a produção de calhas e condutores; chapas de zinco, de ferro zincado, lisas ou onduladas; papeis de parede, lisos ou decorados em relevo estampado; telhas de cerâmica vindos da Marselha; arames e pregos galvanizados; cimento em barricas; ornatos e moldes de gesso; tinta a óleo, ingredientes vários para a composição de massas de revestimentos, de betumes para impermeabilização; manilhas vidradas, mármore variados, especialmente os de Carrara; mosaicos, ladrilhos e azulejos, branco e decorados; aparelhos sanitários; tubos e canos para a instalações hidráulicas; peças, grimpas, grades, guarda-corpos, colunas de ferro forjado ou fundido e, incrível, madeira (LEMOS, 1987).

No Almanack de 1913, vários foram os anúncios correspondentes à importação de materiais de construção, em especial o anúncio da Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo. Esta publicação anuncia que a cidade de Ribeirão Preto possuía um representante da loja em questão, chamado Alberto Barbosa, e que a empresa também possuía um escritório em Londres, portanto, importações diretas. A seguir alguns materiais anunciados como artigos de importação:

Para indústria, commercio e lavoura: machinas a vapor, motores, dynamos, turbinas hydraulicas, bombas, rodos d'agua, machinas para serraria, machinas para toas as industrias, cobre, chumbo, pontos de Paris, parafuzos, eixos, macoes, correias, óleos, tintas, vernizes, lubrificantes, arame farpado, tijolos refratários, carvão de pedra, carvão para forja, e coque, materiais para gazistas, funileiros, materiais para estradas de ferro, vagonetes, Decauville, trilhos, desvios etc.

A obtenção de materiais de construção sempre foi problemática. A madeira, por exemplo, se tornou um material de difícil acesso porque, com o passar do tempo e o aumento das construções, este material vinha cada vez de mais longe e era difícil comprar madeiras de boa qualidade, o “pinho-de-riga” foi muito usado neste período.

Outro material importante para a proposta de arquitetura de Ribeirão Preto foi a cal que, além de ser usada nas edificações, também fazia parte da composição das tintas.

A pintura à cal era, antes de tudo, desinfetante e muito usada na higienização dos ambientes e acreditamos seja originária dessa constatação o atual uso da caiação dos troncos de arvores, especialmente aquelas dos pomares domésticos (LEMOS, 1987).

O Almanach Ilustrado, do ano de 1913, aponta para o fato de Ribeirão Preto possuir um depósito de cal de propriedade de

Maurício Gincal. No Código de Posturas do ano de 1902, que regravava as ações da Secretaria de Obras regida por Antônio Soares Romêo, que tratava da higiene das habitações, falava da importância da cal e da obrigação da utilização do material:

Art. 259 – Todos os prédios dentro da cidade e povoações do município serão caiados durante o mez de Março de cada anno, e pintados de dous em dous annos, tanto no interior como na frente e oitões, salvo as determinações especiaes impostas pela autoridade sanitária. O infrator incorrerá a multa de 30\$000 e, si dentro de dez dias, não fizer a caiação ou pintura, será a multa elevada a 50\$000, e repetida de oito em oito dias independente de nova intimação, até o cumprimento da obrigação.

Os prédios que interiormente não forem caiados, mas pintados a óleo, deverão ter a renovação da pintura de dous em dous annos pelo menos, incorrendo o proprietário nas mesmas penas estabelecidas neste artigo.

Outro material constante nas obras de Antônio Soares Romêo foi o ferro. As estruturas metálicas foram marcas registradas do *art nouveau*. O ferro, pela sua maleabilidade, era capaz de assumir formas variadas e até mesmo de reproduzir imagens naturais como os galhos de árvore e movimentos curvos, típicos da natureza, que eram a intenção do *art nouveau*.

O *art nouveau* foi usado pelo politécnico em várias obras, a exemplo do Palacete Camilo de Mattos. Este palacete é importante tanto para a obra como para a vida de Antônio Soares Romêo. Como já foi dito no primeiro capítulo, Camilo de Mattos era cunhado de Antônio Soares Romêo que, a pedido do primeiro, projetou a residência que hoje é considerada um dos patrimônios históricos de Ribeirão Preto (vide Figura 06).



Figura 06 – Palacete Camilo de Mattos, obra de Antônio Soares Romêo, disponível em http://farm4.static.flickr.com/3226/2611147442_7d4d221cd7.jpg. Desconhecemos a data da foto.

Esta casa é representativa de uma classe da sociedade que prestava serviços especificados para a economia cafeeira. Camilo de Mattos, assim como seu cunhado Antônio Soares Romêo, era mais um dos “doutores” da cidade. Era advogado, ganhou espaço na cidade pela profissão e chegou até a ser prefeito, em 1929.

A residência da família Mattos refletia preocupações com o “programa de necessidade de uso” que equivalem aos estudos de Carlos Lemos sobre as casas deste período. Por “programa de necessidade de uso” o autor compreende o projetar os edifícios, seus cômodos e estruturas em consonância com a finalidade de cada construção. Em reprodução da planta original pela arquiteta Cristiane Ferreira Martins podemos perceber a disposição dos cômodos, típica do ideal burguês.

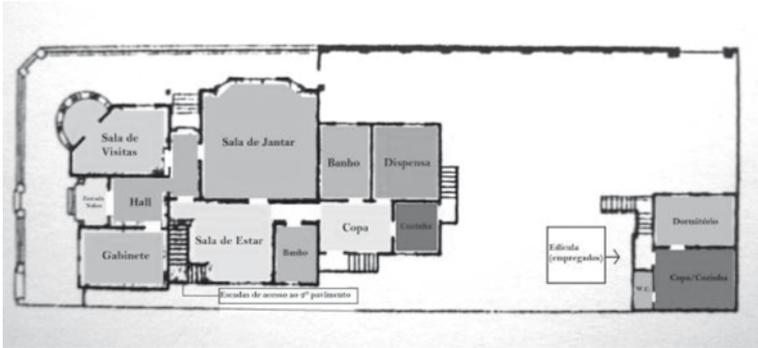


Figura 07 – Planta Palacete Camilo de Mattos, obra de Antônio Soares Romêo, 1º pavimento. Cristiane Ferreira Martins informou que toda a história deste prédio contida em seu trabalho foi coletada através de entrevistas com o filho de Camilo de Mattos, Luiz Augusto de Mattos, hoje falecido, que no momento da sua pesquisa ainda residia no palacete. Foi Luiz Augusto que informou que aquela residência foi Antônio Soares Romêo, seu tio, o responsável pelo projeto.

No palacete Camilo de Mattos houve a preocupação, por parte do engenheiro, com as estruturas de sustentação e cobertura dos edifícios. As janelas são maiores em relação as primeiras construções (como a antiga Casa Junqueira). Os telhados urbanos saíram da simplicidade de duas águas; nas plantas observamos que o atender aos desejos da ostentação passou a ser meta nas construções de Antônio Soares Romêo, principalmente com o art nouveau. Os projetos apresentavam telhados de soluções complexas, com vários planos recortados.

Assim como todas as casas da elite, esta edificação possuía porão. Os porões dos edifícios também acompanharam o ritmo da onda higienista do período. Sobre as construções elevadas por porões, Carlos Lemos afirma:

Todas essas casas invariavelmente possuíam porão que a lei vigente exigia para afastar o assoalho da umidade do solo. Essa providência possuía também outros méritos, pois evitava fossem os cômodos dianteiros devassados por quem passasse

pela calçada, o que acontecia com as antigas construções térreas (...). Foram extremamente comuns porões de 2,00 e 2,20m de altura, destinados a depósitos e dormitórios de empregados (LEMOS, 1987).

Em Ribeirão Preto, cidade de clima quente e seco, os porões eram obrigatórios mesmo que o terreno não tivesse problemas com umidades. Esta fiscalização cabia à Diretoria de Obras, segundo o Código de Postura de 1902:

Art. 60 – Os porões que, tendo a altura máxima de dois metros e cinquenta centímetros, forem aproveitados para dependências da casa, terão o solo revestido pelo modo prescripto no § único do art. 56.

§ 1º - Os porões terão para o exterior mezzininos ou aberturas de cinquenta centímetros quadrados no mínimo, para o conveniente arejamento; e quando nelles forem feitas divisões, estas terão as aberturas necessárias para a fácil e completa circulação de ar.

Taes divisões nunca poderão ter menos de dez metros quadrados de área livre.

§ 2º - Em caso algum poderão ser aproveitados os porões para deposito do corpos susceptíveis de decomposição, nem para moradia de pessoa alguma.

O Palacete Camilo de Mattos também tem garagens, outra exigência das elites de Ribeirão Preto. O dinheiro do café proporcionou um aumento significativo da quantidade de veículos nas ruas. Nas residências desses endinheirados proprietários de automóveis o local que era destinado à antiga cocheira foi substituído pela garagem. Além do Palacete Camilo de Mattos, nas plantas analisadas no Arquivo Histórico de Ribeirão Preto, muitos foram os pedidos de ampliação de propriedade para a inclusão de garagem (Figura 08).

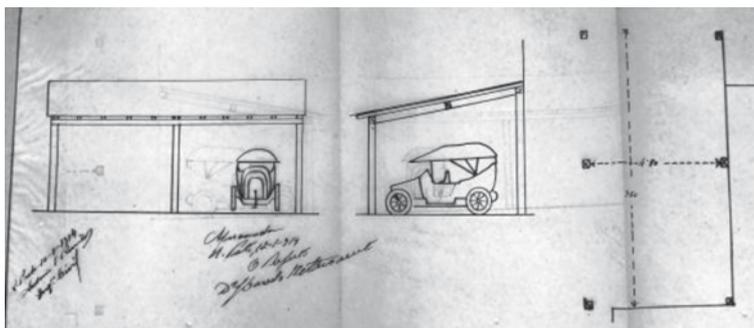


Figura 08 – Planta de uma garagem projetada por Antônio Soares Romão. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Desenvolvimento Urbano e Rural; Subgrupo: Obras Particulares; Série: Plantas; Data 1914; pasta nº 03.

Além das aparências e ostentações o ideal de ser “civilizado e limpo” também foi nítido na cidade. A simples existência de banheiros já era um avanço em comparação às muitas fossas. O banheiro destas casas, via de regra, se localizava próximo a cozinha (Figura 09). A aproximação entre o banheiro e a cozinha era comum, pois propiciava economia de tubulação de ferro galvanizado, material caro e importado. Em Ribeirão Preto, obras adaptadas ao moderno, com pouco orçamento para a construção, seguiram o mesmo exemplo.

A proximidade entre o banheiro e a cozinha possibilita a análisesócio-econômica dos residentes nos prédios. As plantas arquitetônicas revelam o posicionamento do banheiro ao mesmo tempo em que indica a posição econômica de uma determinada família. Quanto mais perto o banheiro da cozinha, mais econômico era o projeto. Inversamente, quando encontramos banheiros nos andares superiores é um indício de pujança econômica, pelo gasto elevado que este tipo de edificação exigia.

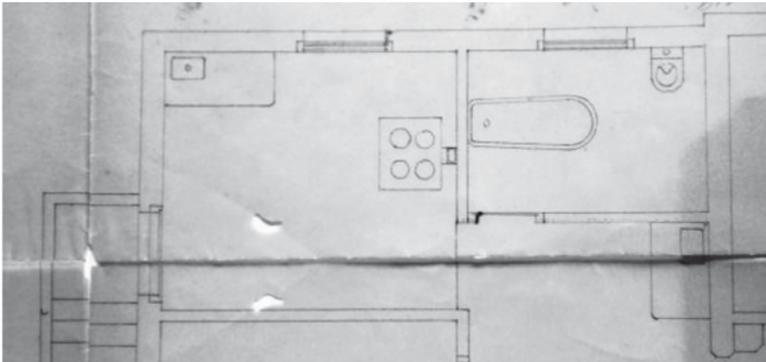


Figura 09 – Proximidade entre cozinha e banheiro. Planta de uma residência projetada por Antônio Soares Romêo. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Desenvolvimento Urbano e Rural; Subgrupo: Obras Particulares; Série: Plantas; Data 1919; pasta nº 33.

Assim como o palacete Camilo de Mattos os palacetes da cidade de Ribeirão Preto, moradas da elite, exibiam seus “toilettes” nos andares superiores. Exemplo de casa elitizada foi a própria residência de Antônio Soares Romêo, que possuía banheiro no segundo andar (Figura 10). Somente a elite econômica poderia ter em suas residências o conforto de banheiros no andar superior. Os desenhos arquitetônicos da Diretoria de Obras de Ribeirão Preto são documentos capazes de informar a posição social de atores que viviam dentro desta cidade de administração plutocrática.

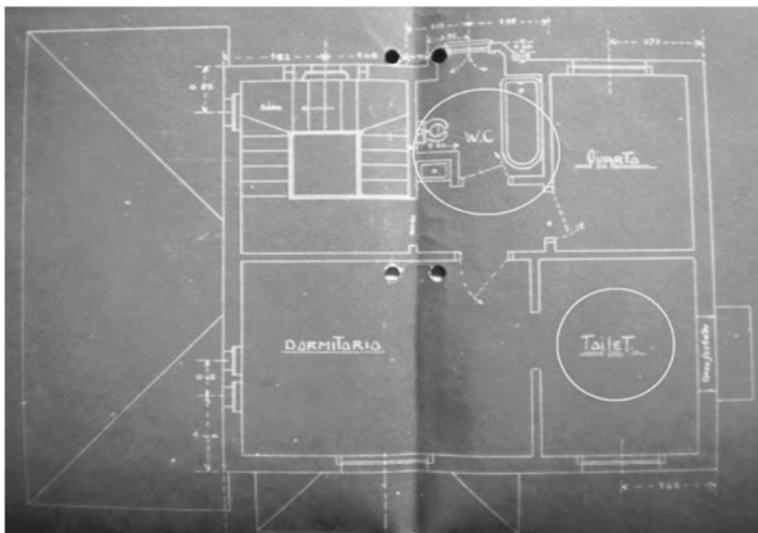


Figura 11 – Planta da residência de Antônio Soares Romêo. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Desenvolvimento Urbano e Rural; Subgrupo: Obras Particulares; Série: Plantas; Data 1922; pasta nº 114.

Questões de individualidades do “ser moderno” mostraram-se nas plantas desenvolvidas por Antônio Soares Romêo, sobretudo pela presença do “hall” nas residências.

As casas dos donos do dinheiro em Ribeirão Preto eram bem definidas quanto à funcionalidade dos espaços. Essas edificações dividiam-se em três zonas: a de serviço; a de estar e a de repouso. O uso hall, ou salão central, foi uma solução que permitiu o acesso das pessoas de uma zona a outra, sem a necessidade de passar pela terceira. Antônio Soares Romêo desenhou vários projetos que apresentavam o hall como solução de trânsito interno na residência. Diferentemente das casas antigas que não definiam o lugar de cada um, as casas ditas modernas separavam, e muito, o lugar de cada das pessoas: empregados ao fundo, gente que interessa na frente.

O hall nestas edificações era uma espécie de salão de distribuição de acessos. A parte da frente da casa, que se abria ao exterior, clara e ventilada, geralmente ficavam as salas de visitas; estes cômodos, sempre bem decorados internamente, concentravam os objetos de luxo e tudo aquilo que poderia ser exibido ao visitante. Este era o lugar dos lustres de cristais e a decoração era minimalista ao modo afrancesado do art nouveau.

No caso das edificações assobradadas do hall saíam escadas que davam acesso aos cômodos íntimos, destinados ao descanso, que geralmente ficavam no andar superior.

Por fim, nas distribuições destas casas resta ainda observar as áreas destinadas aos serviços. A “área suja” das casas ficava sempre aos fundos, lugar que não se pode ver, aonde podia se camuflar, se esconder. As cozinhas eram praticamente lugares para se isolar, ficavam sempre dispostas no fundo dos terrenos. Agregados a esta área “suja” das cozinhas estavam os quartos de empregados.

A higiene das habitações foi motivo de atenção nos Códigos de Posturas de 1902 e 1921 que, a exemplo do uso da cal, regeram a vida privada do mesmo modo que a vida pública.

Antônio Soares Romêo edificava e planejava as casas da elite, assinando os projetos como engenheiro civil, e aprovava as próprias plantas como engenheiro municipal, ou seja, ele produzia e fiscalizava o próprio serviço.

7 - Obras públicas

Como chefe da Diretoria de Obras, Antônio Soares Romêo foi responsável pelo melhoramento urbano da cidade de Ribeirão Preto, muitas vezes sendo ele o profissional que desenhava e redefinia as melhorias propostas pela Câmara Municipal.

Questões de urbanismo muitas vezes foram deixadas de lado na historiografia do ecletismo, que concentrou sua atenção na linguagem arquitetônica, deixando de lado a evolução da cidade e os projetos urbanos. No entanto, assim como a evolução das edificações a cidade também presenciou modificações inéditas para que o fenômeno da modernidade pudesse ser sustentado, a exemplo do crescimento populacional, dos automóveis etc.

Para que a cidade de Ribeirão Preto deixasse de ser um simples vilarejo e se tornasse a “*Petit Paris*”, como os cafeicultores desejavam, foram necessárias estruturas físicas que suportassem os processos modernizadores que a cidade absorvia. De nada adiantaria as edificações seguindo a ordem do progresso nas questões de higiene se a cidade não acompanhasse as mesmas medidas.

Na busca de uma proposta real de apropriação do moderno, e não apenas de uma aparência moderna, a cidade de Ribeirão Preto buscou resolver problemas fundamentais como o caso da distribuição de águas, sempre problemático na cidade. As ações municipais ficavam entre a realidade e a idealização.

Ao contrário das cidades da Europa que possuíam passado medieval e ruas sinuosas, questão que fizeram o urbanismo europeu tratar da intervenção na cidade preexistente, através da transformação dos antigos muros de defesa em alamedas arborizadas

para passeio, e aberturas de ruas retilíneas e mais plausíveis com o aumento populacional europeu, na região do café o que ocorreu foi uma adaptação dos modelos urbanísticos europeus. No interior de São Paulo as ruas já eram traçadas de uma forma mais retilínea desde o começo das cidades. As teorias do urbanismo, para a realidade das cidades brasileiras, foram quanto a questão do crescimento das mesmas, que deixavam de ser pequenos vilarejos e cresciam com a prosperidade do café.

Ribeirão Preto é uma cidade que possui o alinhamento das suas ruas no formato de tabuleiro de xadrez, diferente da Paris de Haussmann ou de Belo Horizonte que se apropriou do modelo francês. Este traçado em xadrez surgiu na cidade desde a fundação, com as primeiras ruas e travessas. Na medida em que a cidade foi crescendo este alinhamento foi se prolongando, originando o traçado da área central em linhas retas.

Percebemos que as propostas de melhorias urbanas para a Europa aqui se tornaram as propostas iniciais de urbanismo. Em Ribeirão Preto não foi preciso reorganizar a cidade, mas fazer a cidade surgir como o centro de decisões políticas e capaz de se adaptar ao progresso.

O traçado em linha reta condiz com a proposta de urbanismo de Le Corbusier que acreditava que a arquitetura e o urbanismo eram indissociáveis, utilizando-se sempre da racionalização do espaço, sistematização do habitat comum. Para o autor a geometrização era ponto fundamental para o bom funcionamento das cidades.

Ora, uma cidade moderna vive praticamente de linhas retas; construções dos imóveis, dos esgotos, das canalizações, das ruas, das calçadas, etc. A circulação exige a linha reta é sadia também para a alma das cidades. A curva é prejudicial, difícil e perigosa ela paralisa.

A linha reta está em toda história humana, em toda intenção humana, em todo ato humano.

É preciso ter a coragem de contemplar com admiração as cidades retilíneas da América. Embora o esteta se abstenha, o moralista, pelo contrário, poderia ficar ali mais tempo

que se poderia imaginar em princípio.

A rua curva é o caminho dos asnos; a rua reta, o caminho dos homens (CHOAY, 2003).

Ribeirão Preto foi uma cidade que desde seu princípio seguiu a forma ideal proposta pelo urbanista francês Le Corbusier, suas ruas retilíneas já eram aptas a serem prósperas. No entanto, a mescla entre o arcaico e o moderno gerou vários problemas para a urbe; houve projetos de melhorias que não raro não saíram do papel.

A administração pública de Ribeirão Preto, como vista no segundo capítulo, sempre esteve nas mãos dos Coronéis do café, e cada um deles tinha propostas e interesses pessoais que acabam influenciando nas decisões em relação ao uso do dinheiro público para as reformas necessárias na cidade.

Rodrigo Paziani afirma que a cidade de Ribeirão Preto tentava com rigor esconder a cidade que não agradava aos olhos do homem civilizado.

Simultaneamente tal qual como um jogo de espelhos, uma cidade indesejada insistia em emergir no cenário idealizado pelas administrações municipais. Se o movimento de pessoas e mercadorias dos fonfonados e dos films ou até mesmo as incessantes reformas no espaço urbano acenavam para uma perspectiva otimista do trajeto histórico e, especialmente, dos hábitos e comportamentos dos indivíduos na cidade, por outro lado a permanência de costumes e de situações cotidianas ditas arcaicas, bem como os velhos sintomas de crise dos equipamentos e o retorno das epidemias forçavam as autoridades públicas a empreender sempre e constantemente novas cruzadas em defesa de um progresso material que andasse, *pari passu*, àquele festejado pelas elites através da atividade agrícola.

Ao mesmo tempo em que a modernidade melhorou a vida destas pessoas endinheiradas pela produção cafeeira, como os luxos, as ostentações, os palacetes, os lustres de cristais, as esca-

darias de mármore etc., também trouxe problemas, como o asseio público e privado, a higiene, a circulação e utilização dos bons materiais de construção, a estruturação das ruas para os automóveis. Foi o processo civilizador que trouxe à tona os movimentos de vai e vem do arcaico e o moderno.

Foi neste contexto de necessidade de fiscalização e melhoria urbanas por parte da administração de Ribeirão Preto que Antônio Soares Romêo chegou à cidade com a função de organizar o serviço a ser feito.

O Prefeito da cidade de Ribeirão Preto Macedo Bittencourt, que assumiu o cargo em 1911, afirmou em relatório administrativo do ano de 1920 que era prioridade da municipalidade a contratação de um profissional que pudesse coordenar os serviços da Diretoria de Obras que há tempos estava estagnada. Essa decisão não foi questionada pela Câmara Municipal que aprovou o projeto.

A partir de então Antônio Soares Romêo assumiu o cargo de engenheiro municipal da cidade durante os anos de 1913 a 1923, e mesmo depois da sua retirada do cargo continuou auxiliando em projetos municipais como consta nos documentos da Diretoria de Obras, hoje mantidos pelo Arquivo Público Municipal.

O diploma de bacharel em Engenharia Civil pela Escola Politécnica e o título de doutor encheram os olhos dos cafeicultores que precisavam da cidade pronta para modernidade. A modernidade ansiada pelos cafeicultores não necessariamente era a mesma do engenheiro. Para June Hahner a proposta de modernidade dos donos do dinheiro nem sempre previa a questão da salubridade. No texto *Pobreza e Política* o autor afirma que:

Para os fazendeiros que controlavam a máquina do governo estatal, melhorias urbanas significavam prédios luxuosos, parques e largas avenidas arborizadas, ligando o centro da cidade aos seus novos bairros residencial, em vez de água adequada, iluminação ou rede de esgoto para toda a comunidade urbana (HANHER, 1993).

A ideia de civilização, também pelo espaço público sistematizado e não só pelos belos edifícios, partiu do engenheiro que, formado em um Instituto de cunho positivista e progressista, estava ligado a preceitos urbanísticos como os de Le Courbusier, enquanto que os donos do dinheiro, os cafeicultores propunham a modernidade que viam em centros europeus e nas capitais brasileiras.

Por esse motivo, podemos constatar que na cidade de Ribeirão Preto ocorreram incoerências entre o luxo e o lixo, a exemplo dos lustres de cristais nas salas de visitas dos palacetes, quase que revestido pela poeira do saibro que revestiam as ruas da área central.

A questão da poeira foi muito incômoda para a população de Ribeirão Preto no começo do século XX. A cidade, por ter clima muito quente e seco, não era capaz de assentar a poeira que subia das ruas pelas carroças e pelos automóveis.

O calçamento foi um dos grandes problemas para Antônio Soares Romêo. O problema do pó foi assunto recorrente nas reclamações da população nos jornais da época, no neste recorte do “Catropiando”, de 09/06/1909:

Efectivamente parece ter-se auzentado desta cidade esa respeitável matrona – A Hygiene pública.

À prefeitura incumbe o dever de fazel-a voltar pressurosa a nossa terra, para não nos expor à consequências nefastas.

Se não é licito esperar na presente estação uma chuva torrencial, como se faz mister, para lavar a grossa camada de pó existente nas ruas; é, entretanto de grande necessidade uma medida efficaz no intuito de ser removido das o pó, de consequências nefastas para a saúde pública.

Mas como removel-o?

Com uma varreção à noite, alta noite, depois de umedecido com uma eficiente irrigação diurna.

Depois disto, o ideal seria uma imitação da irrigação feita em Piracicaba a cidade modelo de uma cidade adeantada, que muito preza a hygiene e a saude pública.

Diante das várias reclamações da população, o Prefeito Macedo Bittencourt tentou justificar as ações tomadas pela prefeitura em uma entrevista cedida ao jornal Diário da manhã no ano de 1913:

O calçamento tem sido sempre aumentado. Assim foram calçadas a Avenida Antártica, ruas Saldanha Marinho, Prudente de Moraes e outras. A prefeitura dota este critério: calça primeiro as ruas mais afastadas, em torno da cidade, e depois o centro mais habitado, para evitar que as enchurradas e veículos tragam para cá, pó e lama. E pouco a pouco, muito breve teremos a cidade reformulada em seu calçamento.

O pó é questão difícil de se resolver. A irrigação das ruas é preocupação da Câmara, chegando a fazer um serviço especial de canalização do Córrego do Retiro, serviço que tende a melhor com a aquisição de automóveis apropriados. Acho, conclui o Dr. Macedo, o pó é de difícil extermínio, (...). Empenhamos, entretanto, esforço, para eliminá-lo, que não é só pesadelo do povo, como fantasma da prefeitura.

No documento acima mencionado podemos perceber a indicação do Prefeito Macedo Bittencourt em relação à canalização do Córrego do Retiro. Esta obra foi projetada por Antônio Soares Romêo (Figura 11).



Figura 11 – Avenida Jerônimo Gonçalves, com as palmeiras imperiais. Foto de J. Mattos, obtida a partir da chaminé da Companhia Cervejaria Paulista. Fonte: Ribeirão Preto; o passado manda lembrança. p. 11.

Este local representava uma vergonha para a cidade, era uma localidade vista como inunda e insalubre, após o término da obra o local foi considerado como um dos mais belos da cidade, sendo motivo de orgulho para a população. A Avenida Jerônimo Gonçalves foi aberta e foi construído um passeio público no local. Neste mesmo lugar, conforme indicação de Antônio Soares Romêo, foram plantadas as palmeiras imperiais que, posteriormente, tornaram-se símbolos de identificação da população de Ribeirão Preto.

Como o problema do calçamento e do prolongamento das ruas era corrente, muito foram os pedidos de prolongamento do calçamento das ruas que Antônio Soares Romêo assinou e deferiu na sua gestão da Diretoria de Obras.

No ano de 1928, quando Antônio Soares Romêo já não era mais o engenheiro municipal, o problema quanto ao prolongamento das ruas que permitiam o acesso dos bairros mais afastados ao centro da cidade persistiu. No mesmo ano a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto pediu à Antônio Soares Romêo (mesmo ele não sendo mais o responsável pela Diretoria de Obras) que fizesse o levantamento das ruas existentes e realizasse uma prospectiva a respeito dos prolongamentos necessários para a solução do problema. Através deste documento podemos visualizar as intenções de Antônio Soares Romêo quanto às questões urbanísticas.

Ilmo. Sr. Cel. José Martiniano da Silva,
M. D. Prefeito de Ribeirão Preto

Com este tenho a honra de entregar a V. Exa. a parte da planta cadastral, compreendendo cinco mappas de dous metros por um metro e meio, cada uma. Com esta parte que entrego, ficam regularizados todos os alinhamentos compreendidos dentro da seguinte delimitação: Linha férrea de São Paulo e Minas, avenida Cesário Motta ou ribeirão do Retiro, rua Tamandaré e córrego do Tanquinho. (...).

Cumpre-me notar que em toda esta zona (chamada Barracão)

não existe um só praça, insto em uma extensão de cerca de 70 alqueires; actualmente, esta falta de praças não oferece inconvenientes, porquanto as edificações são ahí esparsas; para o futuro, entretando, esta ausência de praças constituirá uma grande lacuna. Conveniente seria, pois, que a Camara legislasse, em fassa da planta que é a imagem da cidade, para prever desde já estes inconvenientes.(...).

Attendendo ao que se manda no Código de Posturas Municipaes, em seu art. 1º, “as ruas conservarão em seus prolongamentos, a mesma largura que tem”, todos os alinhamentos foram feitos de tal modo que as ruas todas ficarão com treze metros de largura, com excepção das seguintes, em virtude do que foi há muito aprovado, isto é, da planta do núcleo colonial Antonio Prado; - Avenida Saudade ou ficará com vinte metros de largura, rua (avenida) Capitão Salomão que terá vinte metros de largura, rua Luiz Barreto que ficará com dezesseis. Ficando em a disposição de V. Exa. e da Camara para qualquer esclarecimento que se torne necessário, subscrevo-me com alta estima e consideração.

Antônio Soares Romêo
Ribeirão Preto, 2 de Janeiro de 1928.²³

O relatório acerca dos prolongamentos e calçamento feito por Antônio Soares Romêo foi mais um projeto deixado de lado pela administração da cidade.

Quando o problema do pó cessava, no período das chuvas, outro pior aparecia. As enchentes causadas pelas águas pluviais sempre causaram grandes desconfortos. O processo de reformulação do Córrego do Retiro foi uma tentativa de Antônio Soares Romêo em solucionar o problema das enchentes; infelizmente o

23 - APHRP. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Desenvolvimento Urbano e Rural; Subgrupo: Uso e Ocupação do Solo; Série: Processos; Data 1915/1955; pasta nº 168.

projeto pendeu mais para o lado da ornamentação que para o da salubridade. As enchentes continuaram mesmo após a remodelação daquele espaço (Figura 12).



Figura 13 – Vista da Rua General Osório no último quarteirão antes da Avenida Jerônimo Gonçalves durante enchente. Ao fundo Estação Ribeirão Preto da Cia. Mogiana. Foto de Aristides Motta. Fonte: ARHRP; Série Fotos; n° 95

É válido lembrar que os produtores de café que mandavam e desmandavam na administração pública de Ribeirão Preto não se preocupavam mais com a questão de higiene do que com as de ostentação. Na visão dos mesmos a parte da cidade que “merecia” recursos para a melhoria das condições de vida era a área central e os lugares da elite. Sobre o assunto, escreveu Rodrigo Paziani:

Estes gastos, porém, não eram distribuídos uniformemente pelo perímetro urbano: no chamado “1.Distrito” – vias públicas localizadas nas partes alta e baixa do centro – eles eram bastante superiores em relação ao “2.Distrito” – Vila Tibério, Retiro, Barracão. (...) esses moradores de bairros participavam – sob risco de contínua falta de melhoramentos – da aventura de modernização pressionando o poder público (PAZIANI, 2004)..

Antônio Soares Romêo era o técnico que respondia aos desejos da elite e, por também fazer parte dela, demonstrou, no seu trabalho, aquilo que o dinheiro podia comprar. Para aqueles que o dinheiro não era o maior trunfo, as questões do urbanismo não foram atendidas como deveriam.

Ribeirão Preto já despontava como uma das cidades mais importantes do estado de São Paulo. Entre as melhorias realizadas pela Diretoria de Obras no período desta pesquisa estão as apontadas no Relatório de Macedo Bittencourt no final de sua administração. Segundo o prefeito as obras realizadas pela Diretoria de obras foram:

- **Dos Prédios:** O Paço Municipal; o quartel dos bombeiros; o triturador de lixo; Salgadeira de Couro para o Matadouro; Banheiros Públicos; Horto Municipal.
- **Das Construções Cívicas:** O passeio da Praça 15 de novembro; 3 galerias de esgoto totalizando 560 metros de galerias, bueiros.
- **Das Pontes:** 17 pontes de madeiras, construídas dentro e fora do perímetro urbano, e uma ponte de cimento armado sobre o córrego Ribeirão Preto na altura da Duque de Caxias.
- **Das Reformas:** Matadouro Municipal; Mercado Público; Jardins; Bosque Municipal; Muro do cemitério da Saudade e de Vila Bonfim; a residência do prefeito, o prédio da Câmara.

Nas plantas e documentações da Diretoria de Obras de caráter público ainda encontramos vários tipos de obras que Antônio Soares Romêo: Projeto para a reformulação do Matadouro Municipal; Praça Antônio Honório; Reforma de prédios religiosos como o do Seminário; Igreja Nossa Senhora do Rosário da Vila Tibério; plantas de loteamento de terrenos; mapas da urbe como o patrimônio da fábrica; uma estação ferroviária que ficava na Companhia Metalúrgica; Projeto de uma escola (hoje

Colégio Industrial).

Além de projetos, encontramos relatórios variados como os de construção de pontes, de construção de estradas, sobre a distribuição de água e esgoto, requerimentos de custas das obras, muitos indeferimentos em obras particulares, e cerca de 1400 vistos técnicos cedidos a obras que o engenheiro avaliou durante o cumprimento do dever de chefe da diretoria de obras.

Ribeirão Preto, apesar das ambiguidades entre o arcaico e o moderno, foi uma cidade que evoluiu e se transformou em um lugar respeitável, não só pelo poderio que o café oferecia, mas também por ser um município estruturado e centro comercial para a região norte do estado de São Paulo. O crescimento ocorreu em pouco tempo; os jornais da época demonstravam o avanço da cidade e exaltavam a sua prosperidade:

Ribeirão Preto merece na realidade o renome, que já se goza de uma das cidades mais prosperas do Brasil, já não falamos da riqueza agrícola que, visto que por essa face, o nosso município suplantamos todos os do paiz e de fora do paiz. Falamos do progresso material.

Ribeirão é. Como todos sabem, uma cidade nova. Graças á sua riqueza, á sua posição geográfica e ao espirito de iniciativa dos seus habitantes, tomou rápido crescimento, tornando-se como que capital da zona.

Em abril de 1915 a cidade comunha-se de 2681 edificações, numero na verdade bem elevado para uma povoação que há 30 annos não significava coisa nenhuma.

De abril de 1915 até hoje, ou em um período de 2 annos, foram levantadas mais 604 edificações, que elevaram para 4285 o numero de prédios que actualmente conta a cidade.

Vê-se, pois, que neste dois últimos annos, a despeito de toda a crise que avassala o mundo, a media de construções mensaes em Ribeirão Preto orça por 26, ou mais de uma construção por dia, se levarmos em conta apenas os dias úteis.

Mas, não se resume apenas nisto o nosso progresso. Em parallelo com o numero de edificações cresce a população da cidade, que actualmente se deve aproximar de 25 mil

habitantes, o numero de escolas publicas e particulares, que ascende a 28, com uma freqüência média de 3200 alumnos, o commercio, a industria e, enfim a vida intensiva.

No que respeita a vehiculos, sabe-se officilmente da existência de 120 automóveis, 53 carros de praça, 198 sitrolys e 1003 carroças.

O valor locativo dos prédios do município (aluguel annual) segundo dados officiaes, atinge presentemente a respeitável cifra de 2.732:728\$.

Desde o ligeiro resumo já se pode ter uma idéia da nossa significação actual, assim como do nosso crescente desenvolvimento (Jornal A Cidade, jan/jun 1917).

Antônio Soares Romêo viveu, construiu, contribuiu, enfim, participou deste momento de transformações brutais na cidade de Ribeirão Preto. Dentre as edificações públicas que projetou, talvez a de maior relevância para a sua carreira tenha sido a construção do Paço Municipal, o Palácio do Rio Branco (Figura 13). O edifício teve sua inauguração em maio de 1917; foi construído para ser o centro das decisões políticas do município, o prédio conta com 600m² de superfície coberta, possui dois pavimentos, porão, chegando a 1800m² de área construída.



Figura 13 – Fachada do Palácio do Rio Branco, obra de Antônio Soares Romêo do ano de 1917, atualmente o prédio comporta a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Foto s/d. in: Ribeirão Preto 2000, Revista Comemorativa.

No andar térreo desta construção havia as salas da prefeitura, a procuradoria, a secretaria, a biblioteca, a tesouraria, o vestíbulo de entrada e a Repartição de Obras. Era neste prédio, projetado por Antônio Soares Romêo, que funcionava a diretoria que ele próprio chefiava.

No segundo andar ficavam as salas de sessões (salão rosa), a sala de comissões, o gabinete do presidente da Câmara, o do Prefeito Municipal e um salão nobre para recepções.

O “programa de necessidades” ao qual o edifício se encaixou condizia com os requintes exigidos pela elite. O prefeito Macedo Bittencourt relatou, em um documento de 1916, os materiais para a confecção da fachada do prédio. Exemplo dos materiais requeridos à prefeitura, pelo engenheiro Antonio Soares Romêo, foram: 100 telhas de imitação francesa; 6000 telhas imitação de Marselha, 88 metros quadrados de azulejos holandeses e 68 metros lineares de guarnição alemão de 152 x 152 metros.

O Palácio do Rio Branco exibia toda a ostentação que a elite procurava; o interior foi decorado com móvel do Liceu de Artes e Ofício de São Paulo. Estes eram móveis considerados exemplos do que melhor existia em termos de mobílias no período. Além dos móveis, a pintura das paredes internas do prédio ficou a cargo de Torquato Bassi, que detalhou o prédio com o estilo art nouveau (vide Figuras 14 e 15).

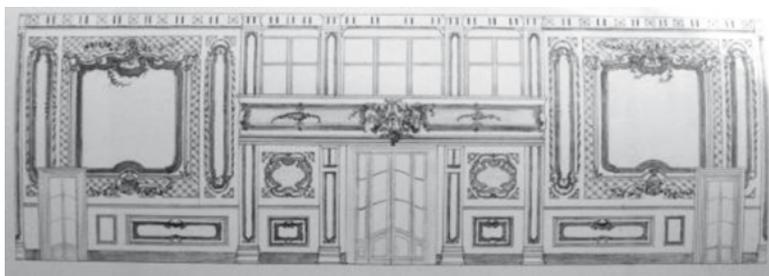


Figura 14 – Mural da parede lateral do Salão Nobre do Palácio do Rio Branco, Autor Torquato Bassi, o estilo art nouveau e o detalhamento com motivos naturais. Imagem Extraída de A pintura na Capital do Café de Maria Eliza Borges, p. 94.



Figura 15 – Detalhe da parede lateral do Salão Nobre do Palácio do Rio Branco, Autor Torquato Bassi, o estilo art nouveau e o detalhamento com motivos naturais. Imagem Extraída de A pintura na Capital do Café de Maria Eliza Borges, p. 96.

Na documentação existente sobre a construção do Palácio do Rio Branco, além das plantas de telhados, porão e pavimentos, existe uma planta de aparência da construção (Figura 16), imagem realmente impressionante quanto ao detalhamento e a precisão do resultado final do projeto. Este tipo de planta é incomum neste período. Somente um prédio com a importância que teve o Paço Municipal para a cidade mereceu trabalho tão minucioso por parte do engenheiro.

Além da planta baixa de todos os lados do prédio e das plantas de perspectivas de aparência, na documentação sobre a construção do prédio consta ainda propostas de fachada, de calçamento do redor e de embelezamento externo do prédio; Relatórios dos cálculos das paredes e disposição das salas, e instalações sanitárias; todos os pedidos de móveis e decoração, como cortinas e objetos de decoração e, para finalizar, todo o pedido do ferro que foi utilizado na construção.

Esta construção é a imagem do ecletismo em Ribeirão Preto, nela podemos ver o luxo e ostentação perseguida pela elite, os relatórios, cálculos e sistematização para a disposição de cômodos projetos pelo técnico positivista que usou o art nouveau na

decoração e nas janelas de sua obra, para o agrado dos chefes e, para finalizar a mistura, a parte externa no edifício que somente recebeu proposta para a sua realização de construtores italianos, motivo pelo qual podemos explicar as paredes mais retas e lisas e de cor pastel, típica do neo-renascimento e da competência dos capomaestres.



Figura 16– Planta de perspectivas de aparência do prédio do Palácio do Rio Branco, elaborada por Antônio Soares Romêo. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Desenvolvimento Urbano e Rural; Subgrupo: Obras Particulares; Série: Plantas; Data 1915/16; Pasta; Paço Municipal.

Desde o final do século XIX e, sobretudo, nas primeiras décadas do período republicano o Brasil conheceu a urbanização de muitos de seus municípios. Ribeirão Preto, palco dessa pesquisa, passou por intenso processo de desenvolvimento, propiciado pelos lucros da produção cafeeira.

As intenções de modernidade das elites locais se aproximavam dos exemplos parisienses, mas, na materialidade dos desejos, conviveram com as competências da mão de obra disponível e, sobretudo, com a formação dos engenheiros contratados. Aqui

nos dedicamos a Antônio Soares Romêo.

O conjunto do trabalho de Antônio Soares Romêo, bem como as observações pertinentes a sua vida em Ribeirão Preto, seus interesses e relações sociais revelam uma faceta importante da urbanização de uma cidade que, em virtude da intensa pretensão de modernidade, combinou conhecimento técnico com a pluralidade cultural dos diferentes habitantes que abrigava.

Mais do que um espaço geográfico, a cidade de Ribeirão Preto revelou uma complexa relação entre elementos arcaicos e modernos – os coronéis e seus produtos diretos: os cinemas e os teatros – enraizados no imaginário de seus habitantes.

Tornar a cidade um cartão postal do país e demonstrar, em público, o espírito burguês foram os objetivos da elite local, bem como o intuito do engenheiro municipal. Esse espírito ficou explicitado nos frutos materiais da empreitada.

Na verdade, os mandatários locais, que abarcavam uma variedade de pessoas e grupos, originaram uma elite multifacetada, bárbara e civilizadora, excludente e includente. Os mesmos tinham variadas e ambíguas ideias, bem ao sabor da modernidade que é, em si mesma, contraditória.

A biografia de Antônio Soares Romêo revela várias dimensões da urbanização de Ribeirão Preto. Demonstra que a cidade que se pretendeu moderna, na verdade se constituiu de muitas possibilidades, muitos desejos, variadas concepções do novo e de civilização; todo esse conjunto que denominamos ecletismo.

Em síntese, as ações de Antônio Soares Romêo foram pautadas por múltiplas dimensões: representava o progresso e a novidade das técnicas racionalistas importadas, era membro da velha elite agrária do Vale do Paraíba e ainda respondia aos interesses de permanência política dos novos grupos de cafeicultores locais. Explica-se: significava, ao mesmo tempo, a mudança e a permanência. Mudança para um mundo de modos civilizados, mas permanência de antigos valores políticos que protegiam o grupo de cafeicultores no poder local.

Chamou-nos a atenção o fato de que a história do desenvolvimento de Ribeirão Preto vai ao encontro da historiografia das

idades, tributária das muitas influências, vivências e ações dos seus diferentes habitantes, dos múltiplos quereres que se materializam na urbe que deve, no limite, se constituir no lar das elites e dos excluídos, de todos esses atores do drama das cidades modernas.

Referências Bibliográficas

ACRA FILHO, J. A. A economia cafeeira e a política oligárquica do município de Ribeirão Preto: subsídios para os estudos das oligarquias cafeeiras paulista. São Paulo, Dissertação Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1981.

ARENDT, Hannah. A condição humana. trad. Roberto Raposo. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BALANDIER, Georges. O Contorno: poder e modernidade. trad. Suzana Martins, Bertrand-Brasil, 1997.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. trad. Antônio C. Leal & Lídia Santos Leal, Rio de Janeiro: Tijuca Ltda., s.d.

BACKZO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAULDI. Portugal: Imprensa Nacional/ Casa da moeda, 1985.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. A ilustração brasileira e a idéia de universidade. 1959.

BAUDELAIRE, Charles. Sobre a modernidade. In: TEIXEIRA Coelho (Org.). Coleção Leitura. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BAUMAN, Zigmunt. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEIGUELMAN, P. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo: Livraria Pioneira, 1968.

BENÉVOLO, Leonardo. História da cidade. 2 ed., São Paulo: Perspectiva, 1993.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. 14 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- BOADA, Luis. O espaço recriado. São Paulo: Nobel, 1991.
- BORGES, Maria Elizia. A pintura na capital do café. [Ribeirão Preto]: sua história e evolução no período da Primeira República. Franca: FHDSS/UNESP, 1999. (Série História local, nº 10).
- BRANDÃO, C. R. Os caipiras de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, v. 75, 1983.
- BRAUDEL, Fernand. As estruturas do cotidiano. In: Civilização material, economia e capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 1. _____ . O jogo das trocas. In: Civilização material, economia e capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 2.
- BRESCIANI, Maria Stella (org.). Imagens da cidade: As cidades nos séculos XIX e XX. 1. ed., São Paulo, ANPUH/ SP: Marco Zero, FAPESP, 1994.
- BRUNO, Ernani Silva. São Paulo, terra e povo. Porto Alegre: Editora do Globo, 1967.
- CALDEIRA, Henrique. Economia Cafeeira: Ribeirão Preto a capital do café: estudos sobre os imóveis e negociantes durante a expansão cafeeira no final do século XIX. São Paulo: Edição Independente, 2004.
- CAPELATO, M. H. Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASALECCHI, José Ênio. O Partido Republicano Paulista (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
- CHALHOUB, Sidney. A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. _____ . & PEREIRA, Leonardo Affonso M. (org.). A História Contada:

Capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARLOT, Monica & MARX, Roland (org.). Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades. Trad. Lucy Magalhães; Revisão de Francisco Falcon. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Coleção Memória das cidades, 1993.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003 (Coleção Estudos; 67).

COELHO NETTO, J. Teixeira. A construção do sentido na arquitetura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. An. mus. Paul.[online]. 2006, vol.14, n.2, pp. 193-250. ISSN 0101-4714. doi: 10.1590/S0101-47142006000200007.

DOIN, José Evaldo de Melo. A régua e o compasso nas terras do café: a haussmanização das cidades do interior paulista na República Velha. ANAIS DO XI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. "História e Exclusão Social", p.54-57. Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, XI Encontro Regional de História, AMPUH/MG, 27 a 31 julho de 1998.

_____. O capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura nas terras do café. Tese (Livre-Docência defendida na disciplina de História Contemporânea no Departamento de História da FHDSS/UNESP). Franca: FHDSS/UNESP, 2001.

_____. O flâneur maltrapilho: a reinvenção da modernidade pelos excluídos das reformas de Rodrigues Alves / Pereira Passos. ESTUDOS DE HISTÓRIA (Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP), Franca, n. 2, 1998. p. 83-91. v. 5

_____. Botando abaixo: a reinvenção dos espaços pelos escorraçados de Pereira Passos. In: História e exclusão Social XI Encontro Regional de História Associação nacional de História - ANPUH -MG, 1998,

Uberlândia. Anais do XI Encontro Regional de História. Associação Nacional de História - ANPUH - MG. Uberlândia: ANPUH, 1998.

_____. Entre Gênero & Arte: a mão feminina na urdidura do modernismo. Revista Caderno Espaço Feminino. Uberlândia, MG: n° 14, v.11, Universidade Fed de Uberlândia, 2005.

_____. Olhar, desejo e Paixão: Lazer e prazeres nas terras do café. ArtCultura, Uberlândia: v. 1, p. 40-53, 2000.

DONNE, M. D. Teorias sobre a cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário: Introdução a arquetipologia geral. Trad. Hélder Godinho, Lisboa: Presença, Coleção Métodos, 1989.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. In: Uma história dos costumes. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. I.

FABRIS, Annateresa. (org.) - Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel; USP, 1987.

FOLLIS, Fransérgio. Modernização urbana na Belle Époque paulista. São Paulo: Unesp, 2004.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GHIRARDELLO, N. A arquitetura tradicional e os novos paradigmas urbanos do século XIX. In: ANAIS DO VII SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. Salvador: VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2002.

_____. A influência do Sistema Métrico francês na ortogonalidade das cidades. Bauru: Revista Educação Gráfica, 1997. v. 1.

GOMES, Ângela de Castro. Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Ed da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

HANHER, June. Pobreza e Política: os podres urbanos no Brasil,

1870/1920. Brasília: Ed UnB, 1993.

HALBWACHS, Maurice, e BENOIR Laís Teles. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWN, Eric John. A era dos impérios. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____ e RANGER, T (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMEM, M. C. N. O Palacete Paulistano: e outras formas de morar da elite cafeeira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HUNT, Lynn (org.). A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

LEMOS, C. A. C. A república ensina a morar (melhor). São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Arquitetura brasileira. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Ramos de Azevedo e se escritório. São Paulo: Pini, 1993.

LEPETIT, Bernard. Das capitais às praças centrais. Mobilidade e centralidade no pensamento econômico francês. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEVILLAIN. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira

(1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, v. 57, Coleção Estudos Brasileiros.

MAFFESOLI, Michel. No fundo das aparências. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Perspectivas tribais ou a mudança do paradigma social. In: Revista Famecos – mídia, cultura e tecnologia, nº 23. EDPUCRS, abril 2004.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Trad. Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974, v. I.

MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo I (Neurose). 5 ed. Trad. Maura Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

MUMFORD, Lewis. A cidade na história. 12 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965, v. 2.

_____. A cultura das cidades. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

Nietzsche, Friedrich Wilhelm. Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PADILHA, M. A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. n: FABRIS, Annateresa (org.). Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.

PAZIANI, R. R. Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). Tese (doutorado em História e Cultura). Franca: FHDSS/UNESP/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2004.

_____. Poder político e modernização urbana: a trajetória de Joaquim Macedo Bittencourt em Ribeirão Preto na Primeira República (1905-1920). São Paulo: Revista Histórica Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, n. 10, out/nov/dez 2003.

PECHMAN, R. M. (org.) Olhares sobre a cidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Maria Stella. Imagens da cidade: as cidades nos séculos XIX e XX. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1994.

REMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROMÊO JUNIOR, José Elias Soares. As letras no Brasil: duas palavras ácerca de um folheto do Snr. A. do Quental. Braga: Typ. de Domingos G. Gouvea, 1866.

ROMERO, José Luis. Latinoamérica: las ciudades y las ideas. 2 ed. México/Argentina/Espanha: Siglo Veintiuno, 1976.

REIS, Márcio Andreza dos. Do eldorado do café à modernidade de Ribeirão Preto (1890-1910). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História). Franca: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1998.

REIS FILHO, N. G. Aspectos da engenharia civil em São Paulo, 1860-1960. São Paulo: CBPO/Kosmos, 1989.

_____. G. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: DE LORENZO, H. C. & COSTA, W. P. (orgs.). A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.

_____. Algumas experiências urbanísticas do início da República: 1890-1920. São Paulo: Cadernos do LAP, 1994.

ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do Iluminismo. 5 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A cidade Iluminista. REVISTA USP. São Paulo: 1995, n. 26, pp. 154-163.

_____. Mal-estar na modernidade: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.